



Gestão e  
disseminação  
de dados na  
**Política Nacional de  
Segurança Pública**

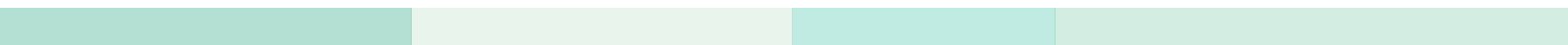
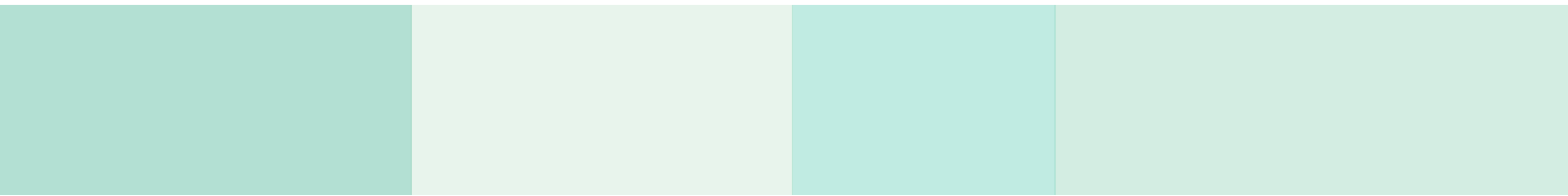
# MAPEAMENTO DE MODELOS DE ENSINO POLICIAL E DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

## Parceria

Secretaria Nacional de  
Segurança Pública

Ministério da  
Justiça







Gestão e  
disseminação  
de dados na  
**Política Nacional de  
Segurança Pública**

Parceria

Secretaria Nacional de  
Segurança Pública

Ministério da  
Justiça

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

 **FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA**

# Ficha Institucional

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

### Secretária Executiva

Márcia Pelegrini

### Secretária Nacional de Segurança Pública

Regina Maria Filomena de Luca Miki

### Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Cristina Gross Villanova

### Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Isabel Seixas de Figueiredo

### Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública

Sidnei Borges Fidalgo

JULHO/2013

## Expediente



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

**Endereço:** Rua Mário de Alencar, 103  
05436-090 – Vila Madalena – São Paulo – SP

**Telefone:** (11) 3081-0925

**E-mail:** contato@forumseguranca.org.br

**Edição de Arte:** Urbania (11) 3828-3991

## FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

### Presidente do Conselho de Administração

Sérgio Roberto de Abreu

**Conselho de Administração:** Elizabeth Leeds – Presidente de Honra / Arthur Trindade / Eduardo Pazinato / Humberto Vianna / Jésus Trindade Barreto Jr. / José Luiz de Amorim Ratton / Luciene Albuquerque / Paula Poncioni / Renato Sérgio de Lima / Roberto Maurício Genofre / Washington França

**Secretária Executiva:** Samira Bueno

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA

Cristina Neme (DEPAID/SENASP) / Cristina Gross Villanova (DEPRO/SENASP) / Renato Sérgio de Lima (FBSP) / Almir Oliveira Júnior (IPEA) / Samira Bueno (FBSP)

## SUPERVISÃO GERAL

Renato Sérgio de Lima

## REDAÇÃO

José Vicente Tavares dos Santos / Alex Niche Teixeira

## COORDENAÇÃO

Ludmila Ribeiro / Samira Bueno / Thandara Santos

## EQUIPE TÉCNICA

Beatriz Rodrigues / Caio Valiengo / Lais Figueiredo

## EQUIPE ADMINISTRATIVA

Ana Maura Tomesani Marques / Débora Lopes / Gabriela Yamada / Hilda Mancuso / Marianni Costa



## Sumário

### PARTE I

Análise da Educação Policial na sociedade contemporânea em um conjunto selecionado de países..... 4

### PARTE II

Análise das Escolas e Academias de Polícia no Brasil, no ano de 2013..... 41

### PARTE III

20 Sugestões para a Reforma do Ensino Policial no Brasil..... 60

### APÊNDICE

Relatório de frequências simples do survey sobre Academias de Polícia no Brasil ..... 62



# PARTE I

## ANÁLISE DA EDUCAÇÃO POLICIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA EM UM CONJUNTO SELECIONADO DE PAÍSES

### 1. Introdução

Este relatório aborda as análises da Educação Policial na sociedade contemporânea, em um conjunto selecionado de países, destacando os aspectos atuais das experiências educativas, principalmente como uma forma de superar a crise institucional e resistência à inovação nas instituições de ensino policial.

O período em que ocorrem significativas mudanças na Educação Policial decorre dos efeitos da crise das Polícias, nos anos de 1970 – 1980, principalmente nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Canadá. Tal crise expressava-se no racismo, na brutalidade, na corrupção, na ineficiência em relação ao crime e na ineficácia em garantir a ordem pública democrática. Observa-se uma reação à crise das Polícias, mediante várias estratégias, a partir dos anos 1990.

A situação do treinamento e da progressão na carreira pode ser visualizada, em todos os casos analisados, através do fato de que há uma carreira única nas polícias, sendo a formação de ensino médio um requisito de seleção, à exceção do Canadá, onde os candidatos provêm de cursos graduação em segurança pública oferecidos em universidades públicas, com duração de três anos. A progressão faz-se por cursos de educação permanente, sendo que para os cargos de gestão há normalmente Cursos de Gestão Policial de curta duração.

A justificativa para a escolha dos países abordados diz respeito ao fato de estes serem os grandes países desenvolvidos, com larga tradição em estudos policiais. A Argentina foi incorporada no recorte empírico, por sua situação estratégica na América Latina.

As principais questões a serem respondidas por esse diagnóstico são:

- 1.** Há uma tendência mundial sobre a inserção do debate sobre a escolaridade dos operadores de segurança na agenda pública?
- 2.** Quais as origens da valorização escolar na prática policial e, principalmente, qual o tipo de formação mais valorizado: interna, externa, formação na Academia de Polícia, no ensino superior ou em escolas de formação tecnológica?
- 3.** De quê forma e através de quais mecanismos as instituições policiais podem ter controle sobre os conteúdos da formação externa?

As questões específicas:

- a.** A atividade policial pode ser qualificada como uma área de ensino superior específica?
- b.** Mapeamento dos modelos de formação existentes em outros países.
- c.** Relação entre a formação e a progressão na carreira policial: como a formação está inserida na carreira policial.
- d.** O policial que tem o melhor nível de escolaridade pode ser considerado o melhor policial? Em quais aspectos e para quais atividades?
- e.** Quais são os instrumentos de formação continuada para policiais hoje no Brasil?
- f.** De quê forma esses instrumentos podem reintegrar policiais que, ao longo do tempo, vão perdendo suas possibilidades de participação nas atividades operacionais?

Duas questões orientam a análise:

- 1.** Qual o padrão atual do Ensino Policial nos Países pesquisados, a saber:
  - a.** Argentina (UPFA, Univ. Lannus, Univ. Córdoba, Univ. Mendoza).
  - b.** Estados Unidos
  - c.** Canadá
  - d.** Reino Unido: Inglaterra e Irlanda do Norte
  - e.** França
  - f.** Alemanha

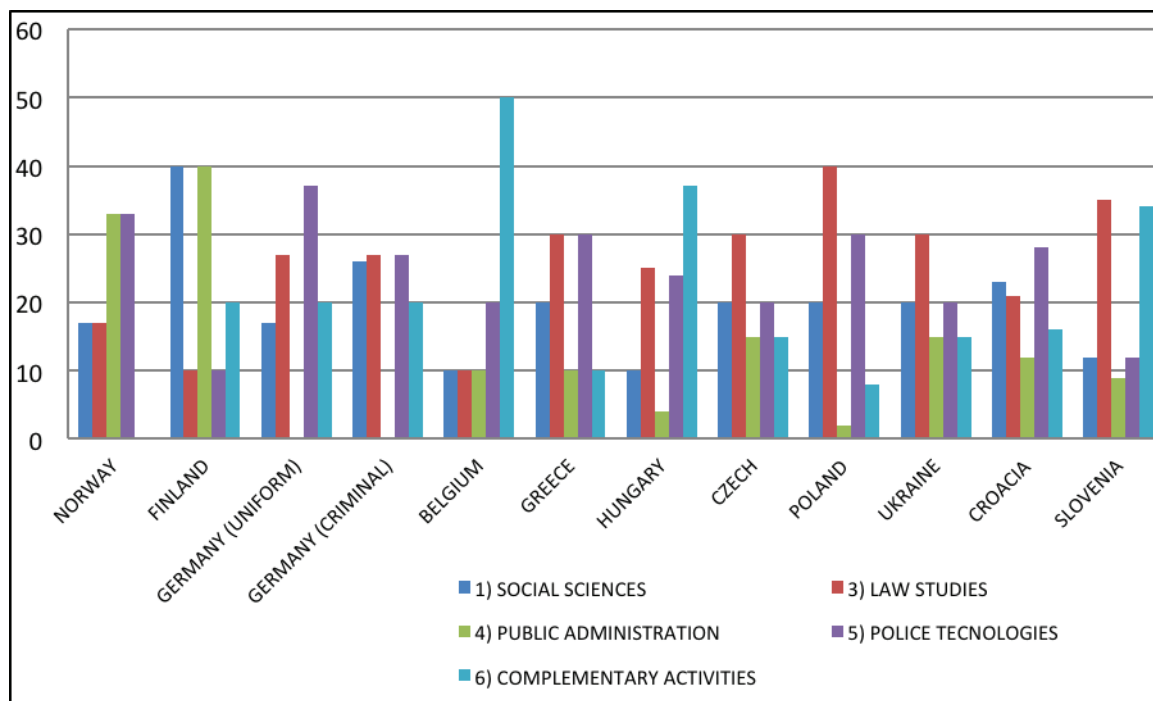
Um ponto central será a análise dos dilemas do Ensino Policial: educar ou treinar?

Procuramos, na medida das possibilidades da documentação, classificar os currículos dos cursos de formação segundo as seguintes categorias:

- Ciências Sociais
- Valorização profissional
- Estudos Jurídicos
- Gestão
- Tecnologias Policiais (os conhecimentos teóricos e práticos que cobrem as atividades encontradas pelos policiais em sua rotina de trabalho)
- Estágios profissionais
- Atividades complementares

Tais categorias foram aplicadas ao estudo feito na década passada por Milan Pagon e outros<sup>1</sup> autores no intuito de permitir iniciar a comparação internacional, pois o referido texto trouxe um conjunto de dados sobre os currículos em várias Escolas de Polícia da Europa:

Temas no sistema Europeu de Educação e Treinamento Policial - 1996



Fonte: PAGON, Milan et alii. "EUROPEAN SYSTEMS OF POLICE EDUCATION AND TRAINING, 1996

1 PAGON, Milan et alii. European Systems of Police Education and Training. In: **Policing in Central and Eastern Europe**: Comparing Firsthand Knowledge with Experience from the West. College of Police and Security Studies, Slovenia , 1996.



O que se percebe é uma correlação inversa entre disciplinas de ciências sociais e de tecnologias policiais e os Estados de Bem Estar Social: quanto menos o Estado tinha características de bem estar social, mais disciplinas na área jurídica eram oferecidas nos cursos de formação.

Nos países da União Europeia, há cerca de 70 escolas e academias de polícia que oferecem formação policial básica (CEPOL Survey on European Police Education November 2006). Cerca de 60% dos professores são policiais e 40% são civis. Começa a haver interesse na diversidade social e cultural dos alunos selecionados. A duração dos programas varia de 4 a 48 meses, pois a duração varia conforme o nível de estudo: quanto mais inicial o nível na carreira, menor a duração, reservando cursos de maior duração para os estágios superiores de uma carreira que é sempre única. Em média, um estudante tem uma semana de 44 horas de estudo.

Nos currículos, os tópicos de Direitos Humanos, Tráfico de Drogas, Ética e Corrupção estão muito presentes. Por outro lado, os tópicos sobre Cooperação Internacional, Refugiados e Integração, Terrorismo, Meio Ambiente, Diversidade Social e Cultural, Tráfico de Seres Humanos e Lavagem de Dinheiro ainda estão pouco presentes.

Quase todas as escolas têm programas de educação avançados para seus quadros. Em outras palavras, não há programas comuns de educação e treinamento policial básico na União Europeia. Podemos apontar como comum, talvez, apenas o fato de em todas as mulheres estudantes serem uma minoria. Todas as escolas oferecem especialização em Investigação Criminal, Liderança e Gestão e, em algumas, sobre Controle do Tráfico de Veículos.

Para realizar este objetivo, normalmente há cooperação com outras academias dentro do mesmo país, e outros convênios existem, por exemplo, com institutos de perícia, com autoridades locais e com Universidades. A cooperação internacional adquire um papel proeminente, na maioria das escolas.

## 2. O caso da França

A Polícia Nacional (Police Nationale) é uma corporação policial civil da França. Está ligada ao Ministério do Interior. Os policiais da Polícia Nacional são servidores do Estado. A criação desta corporação decorre da declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789, que tem força de dispositivo constitucional (artigo 12): “A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública: esta força é ora instituída em benefício de todos e não para uso particular daqueles aos quais ela está subordinada.”.

A definição das atribuições da Polícia Nacional está prevista no artigo 1º do Código de Deontologia da Polícia Nacional: *A Polícia Nacional concorre sobre a totalidade do território para a garantia das liberdades,*

*defesa das instituições da República, para a manutenção da paz e da ordem pública e a proteção das pessoas e bens.*

Em consequência, as missões da Polícia Nacional foram reguladas pela Lei de 21 de janeiro de 1995, que no artigo 4º as enumera:

- o combate à violência urbana, a pequena delinquência e a insegurança das ruas;
- o controle da imigração irregular e o combate ao emprego clandestino;
- a repressão às drogas, ao crime organizado e à grande delinquência econômica e financeira;
- a proteção do país contra o terrorismo e as agressões aos direitos fundamentais da nação;
- a manutenção da ordem pública.

A lei determina que essas atribuições devem ser desempenhadas com respeito ao código de ética da Polícia Nacional. A Polícia Nacional está subordinada ao Ministério do Interior, do qual se constitui numa de suas diretorias, a DGNP - Direção Geral da Polícia Nacional.

A « Ecole Nationale Supérieure de la Police » foi fundada em 1945. Ela abrange três tipos de atividades: a formação inicial de comissários de polícia; a formação permanente; e cursos breves para autoridades municipais.

## 2.1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL INICIAL DE COMISSÁRIOS DE POLICIA

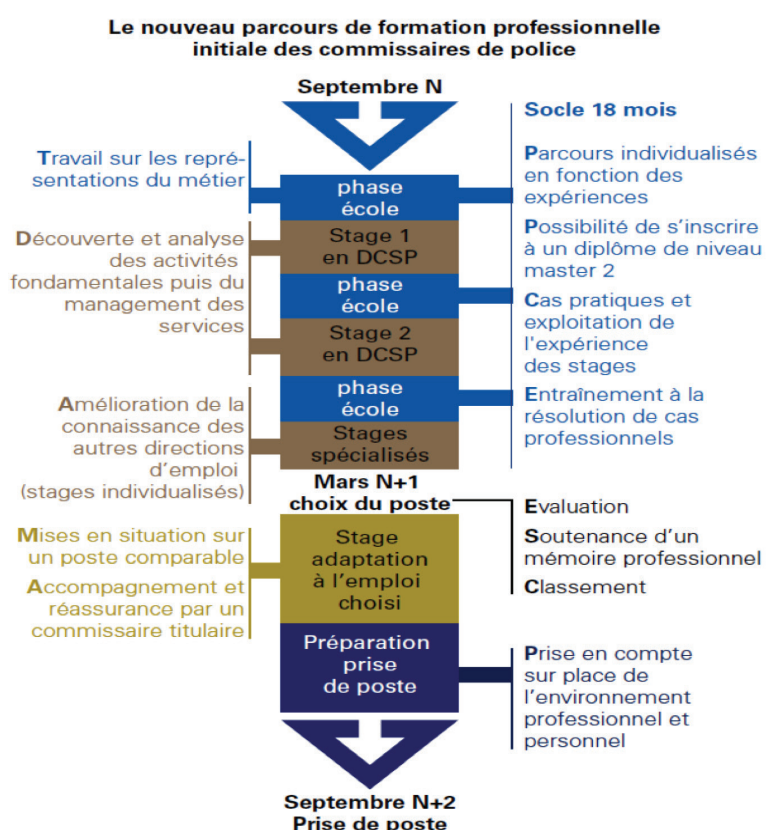
O Decreto numero 2005-939, de 2 de outubro de 2005, sobre o estatuto especial do corpo da Policia Nacional diz que a formação inicial dos chefes de policia se dá na Escola Nacional de Policia (ENSP), que é um estabelecimento publico nacional administrativo sob a supervisão do Ministério do Interior.

Os estudantes para comissários de policia, selecionados por 4 canais de recrutamento desde 2006, possuem perfis diferentes em termos de idade, níveis de qualificação, de duração e da natureza de experiências profissionais. Ou seja, há uma individualização dos percursos de formação.

O objetivo atribuído à formação profissional inicial dos comissários de policia é criar as condições para o desenvolvimento de capacidades exigidas para uma primeira prática profissional. A Política de Formação se apoia em três princípios:

- desenvolver um espírito de “policia nacional”
- promover um trabalho em parceria com outros atores de Segurança Interna
- difundir uma cultura e uma prática gerencial adaptada para as missões da policia nacional

A estrutura da Formação Profissional inicial para comissários de polícia prevê um curso com duração de 24 meses, tendo início em setembro do primeiro ano e terminando em agosto do terceiro ano. A figura a seguir demonstra esta trajetória que privilegia os estágios profissionais mesclados às atividades didáticas:



A primeira fase tem a duração de 18 meses, sendo 8 meses de estágio. Após doze meses (incluindo os dois meses de estágio em outro lugar que não o da destinação final do candidato) os alunos são nomeados Comissários de Polícia estagiários. A segunda fase tem duração de 6 meses, consistindo em um estágio em um trabalho semelhante ao da posição escolhida. Em seguida, um período final de 6 semanas, preparando in situ, ou seja, no cargo para o qual será designado: estabelecimento dos primeiros contatos profissionais, análise organizacional e funcional do serviço de polícia, o conhecimento resposta regional, plantas topográficas, institucionais, sócio-econômico e cultural. Após este estágio, eles recebem o título de Comissário de Polícia, 1ª classe.

A alternância de fases de escolaridade e de estágio coloca em sinergia os aprendizados realizados na ENSP e nos lugares de estágio. A imersão nesses lugares permite aos alunos confrontar os conteúdos da formação escolar com as realidades concretas das situações profissionais.

Está previsto, também, um módulo denominado “Organização de conferências profissionais”, para o qual são chamados especialistas, profissionais ou pesquisadores, a fim de atualizar as temáticas da segurança interior.

### Módulos de formação

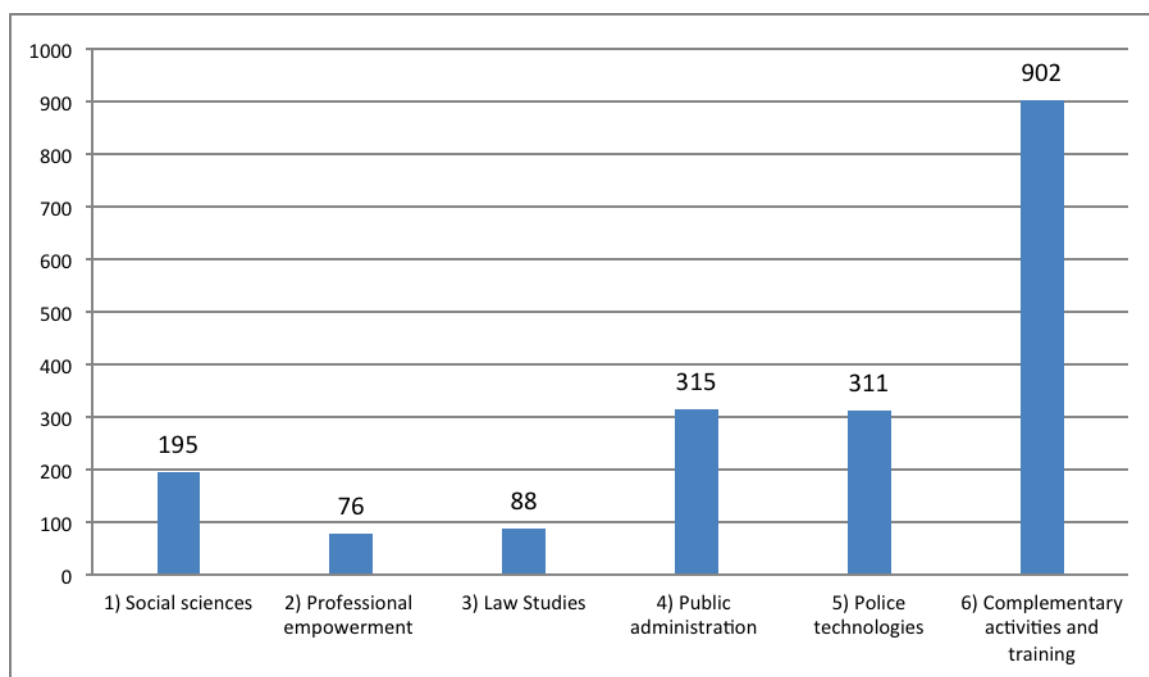
- MFI 1 / Introdução ao processo de formação
- MFI 2 / Segurança e intervenção
- MFI 3 / Função pública estatal e a instituição policial
- MFI 4 / Direção de um serviço policial
- MFI 5 / Enquadramento das outras atividades em um serviço de polícia
- MFI 6 / Condições jurídicas e técnicas de emprego da força pública
- MFI 7 / Análise da insegurança e das orientações das políticas de segurança
- MFI 8 / Organização da atividade pública e privada de segurança interna
- MFI 9 / Investigação policial e procedimentos penais
- MFI 10 / Metodologia, técnicas e direção da investigação policial
- MFI 11 / Organização e execução das medidas de polícia administrativa
- MFI 12 / Segurança interna e cooperação polícia europeia
- MFI 13 / Informação e Segurança Nacional
- MFI 14 / Concepção e direção de um dispositivo de vigilância, proteção e/ou intervenção
- MFI 15 / Condução de reuniões e comunicação mediática
- MFI 16 / Organização de conferências profissionais
- MFI 17 / Monografia profissional
- MFI 18 / Observação e análise das atividades ligadas às missões fundamentais de Segurança Pública (Estágio 1)
- MFI 19 / Análise do processo de informação, investigação judicial e ordem pública (Estágio 2)
- MFI 20 / Processo personalizado de observação dos serviços da Polícia Nacional (Estágio 3)
- MFI 21 / Adaptação personalizada ao cargo escolhido (Estágio 4)
- MFI 22 / Preparação à ocupação do cargo (Estágio 5)
- MFIC 1 / Adaptação à função de oficial do Ministério Público

As atividades pedagógicas semanais começam segunda-feira de manhã às 09h30 e terminam na sexta-feira às 15h20. Os períodos de ensino (escolarização) ocorrem principalmente na ENSP. Depois, um centro de estágio é administrativamente atribuído, onde serão efetuados os dois primeiros estágios. A ENSP oferece 18 salas para cursos (salas de aula) e 3 anfiteatros que possuem de 50 a 170 lugares, incluindo dois equipamentos de cabine de tradução. As salas estão equipadas com vídeo projetores. Possui salas de esporte, de musculação e salas para treinamentos individuais de técnicas de defesa. A ENSP também oferece alojamento para os comissários e estes dão uma contribuição financeira para os custos de manutenção definido pelo conselho.

Está prevista a apresentação de uma Monografia profissional. Os alunos podem, também, participar de um ciclo de formação universitária, nível de Mestrado Profissional, submetendo-se às exigências universitárias. Atualmente, com esta finalidade, há um convênio com a Universidade de Lyon.

A análise da grade curricular nos possibilita compreender melhor a ENSP:

## Escola Nacional Superior de Polícia da França - 2008



Está evidente o peso das atividades complementares, aqui entendidas como estágios profissionais, bem como a presença da área das tecnologias policiais e aquelas referidas à gestão pública. Em seguida, aparecem as ciências sociais, os estudos jurídicos e a valorização profissional.

A parte da Formação Permanente tem como objetivo garantir uma competência em quatro itens: adaptação a novas funções; acesso a um nível superior; adaptação à evolução previsível do ofício; o desenvolvimento e aquisição de novas qualificações. Ela atinge regularmente a todos os policiais, sendo as quatro aptidões desenvolvidas ao longo de atividades, que têm uma duração média de uma semana anual, podendo chegar a um mês.

### 3. O caso da Alemanha: O Desenvolvimento da Organização Policial na Alemanha <sup>2</sup>

Nos anos entre 1967 e 1972, verificou-se na Alemanha uma mudança radical em relação ao serviço de Polícia. Não foi apenas em decorrência da pressão social de fora, mas em especial pelo surgimento de uma

<sup>2</sup> Fonte: GROSS, Hermann; FREVEL, Bernhard; DAMS, Carsten. (org.) Handbuch der Polizeien Deutschlands. Wiesbaden: VS Verlag, 2008 (GROSS, Hermann; FREVEL, Bernhard; DAMS, Carsten. (org.) Manual da Polícia Alemã. Wiesbaden: Editora VS, 2008). Tradução de Nadia Fuhrmann; contém também nas páginas 11 a 16, sobre a formação da polícia de Baden-Württemberg, conteúdo extraído do site <http://www.polizei-bw.de> Acesso em : 05/04/2011

nova geração de comando dentro da Polícia, levando a uma nova regulamentação jurídica da atividade, como, por exemplo, a mudança do direito de reunião e as modernas concepções de ações policiais. Neste sentido, a própria imagem dos policiais modificou-se, de modo que em alguns Estados estes eram vistos como “engenheiros sociais”. A Polícia foi enquadrada, definitivamente, ao mundo civil, deixando de ser vista unicamente como uma instituição militar.

Com a reunificação da Alemanha, em 1990, foram postas em prática profundas reformas no sistema de Polícia da antiga DDR. O modelo da Polícia da Alemanha ocidental foi integralmente transposto para os cinco novos Estados da Federação. Neste sentido, pode-se citar a criação dos departamentos de polícia estaduais, dos comandos de ações especiais, assim como da instituição de Escolas especializadas na formação de policiais. Nada obstante, ainda existem algumas diferenciações, como a cor do uniforme e dos automóveis, além de operarem a partir de diferentes terminologias e por motivo de leis policiais distintas: em alguns Estados o conceito de ordem, de forma simbólica, foi excluído da Lei de Polícia, enquanto que em outros tal conceito é constantemente reafirmado.

Enquanto órgão de cúpula, a Polícia se ocupa do serviço de administração policial quase que exclusivamente por meio da formação de funcionários públicos. Para estes, ainda vale, de forma idêntica, o regime geral da carreira dos funcionários públicos alemães, a qual se divide entre os serviços básicos, intermediários, superiores e supremos.

Enquanto que o serviço básico há tempos já não constitui parte da formação na Polícia, foi durante muito tempo, mais especificamente até os anos de 1990, a regra na Polícia o fato de que, após a formação intermediária no serviço de formação policial, era possível a comprovação de progresso e êxito na Escola de Polícia, a fim de que o policial, após os estudos na Escola Superior de Polícia, pudesse assumir uma carreira superior e funções de direção. Policiais especialmente capacitados poderiam participar do curso do Conselho na Academia de Direção da Polícia, e, após o término, pertencer ao serviço supremo.

Interessante notar que tanto a União quanto os Estados federados reivindicam para si a total soberania na formação dos serviços intermediários e superiores da administração policial, enquanto que na formação dos serviços supremos, aqueles que são quantitativamente inferiores, da “elite policial”, requerem um acordo entre União e Estados para que, pelo menos neste âmbito, alcancem uma igualdade formal.

A Escola Alemã de Polícia (antiga Academia de Direção de Polícia), em Münster, garante na Alemanha um ano de estudos na Graduação, enquanto que um segundo ano é realizado nos respectivos Estados da federação de origem, cujo currículo é precedido de uma unificação federal.

A nova geração de policiais será formada, assim, apenas nas Escolas Superiores de Polícia, a qual ingressará, após o exame estatal, na carreira de delegado. Aqui a carreira compõe-se de duas partes. Outros Estados, como, por exemplo, Bayern, Baden-Württemberg e a maioria dos Estados do Leste da Alemanha,

se decidiram contra esta variação e mantiveram a divisão em três níveis da carreira policial, sob um duplo fundamento: de um lado pelo modo da atuação policial, de outro, por razões de financiamento, pois a mudança de foco na atividade intermediária para os serviços superiores eleva significativamente os custos de pessoal.

Em toda a legislação policial, emerge a “segurança pública” como tarefa para a Polícia. Isto abrange a proteção da ordem jurídica e dos bens jurídicos dos indivíduos, assim como a proteção das instituições do Estado.

A proteção da “ordem pública”, como a soma de normas não-escritas para uma vida conjunta na sociedade, não representa mais, em alguns Estados (como em Bremen ou Niedersachsen) uma tarefa da Polícia, perdendo em significado frente a uma sociedade pluralista.

A Alemanha tem uma polícia unificada, com escolas em cada um dos Estados.

## 3.1. AS POLÍCIAS ESTADUAIS

### 3.1.1. A Polícia de Hamburgo

A Escola de Polícia de Hamburgo foi refundada em 1967, tendo como objetivos responder aos novos desafios, e “fortalecer o desenvolvimento pessoal dos policiais”. Os valores básicos são: formação de qualidade, domínio das técnicas policiais, conhecimento das bases jurídicas da ação policial e respeito aos valores democráticos. Ou seja, a conduta democrática, de direito e impregnada de tolerância. Os alunos entram com o Ensino Médio completo, sendo que as Escolas proporcionam um Diploma internacional de bacharelado (3 anos).

### 3.1.2. A Polícia de Berlim

O autor divide em quatro fases de desenvolvimento a Polícia de Berlim ocidental. A primeira, conhecida como a fase da “Restauração”, é compreendida entre o período do início da separação das Polícias de Berlim até o final da década de 1960, onde foram restabelecidos os elementos centrais da organização policial, desenvolvidos ainda à época da República de Weimar, especialmente no que diz respeito à organização pessoal e ao direito de Polícia. Em outubro de 1951 foi incorporado ao artigo 131 da Lei Fundamental alemã a Lei de implementação berlinense, que possibilitava juridicamente a recondução dos antigos servidores públicos aos mesmos cargos. Através desta regulamentação, milhares de antigos membros do NSDAP<sup>3</sup>

3

Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei).

foram novamente acolhidos na Polícia de Berlim. Por outro lado, os policiais que estavam sob suspeita de manterem contato com o setor oriental foram dispensados do serviço. Nas décadas de 1950 e 1960, a Polícia de Berlim esteve sob influência direta da chamada “Guerra Fria”. Sua matriz ideológica, assim como sua organização, esteve vinculada à defesa do inimigo externo.

Na segunda fase, tentou-se equalizar os déficits da Reforma. Iniciada com o impulso do movimento estudantil, a Polícia de Berlim foi profundamente reformada entre os anos de 1969 e 1975. Neste sentido, e com os esforços em nível federal, foram postos em novos fundamentos a organização, os equipamentos e armamentos, a formação e o Direito da Polícia.

Em meados da década de 1970, na chamada terceira fase, cujo período se estendeu até a queda do muro e a consequente reunificação da Alemanha, a Polícia de Berlim se via, cada vez mais, diante de novas exigências de atuação: atentados terroristas nos anos de 1970 e ocupações habitacionais entre outras formas de protestos na cidade nos anos de 1980, influenciaram o desenvolvimento da atuação policial. Neste período, foram desenvolvidos novos aparelhos e estratégias operacionais para combater o terrorismo e delimitar os atos de protestos em sua forma pacífica.

A mais nova fase de desenvolvimento da Polícia berlinense começa com a Reunificação, e se estende até os dias atuais. É caracterizada pela expansão de sua presença para o lado oriental, incluindo a incorporação do contingente de policiais que atuavam sob o comando das forças soviéticas. Desde então, a Polícia berlinense é confrontada por esta ação relativamente ao contraste entre falta de recursos e a crescente reivindicação por prestações de serviços policiais. Por isso, na fase atual predomina a política de racionalização econômico-administrativa e de serviços estratégicos.

### **3.1.3. A Polícia de Baden-Württemberg**

No que diz respeito ao efetivo, no orçamento do Estado em 2004 foram contabilizados, no geral, 26.699 servidores da Polícia, dentre os quais 20.059 alocados nos serviços de polícia de proteção, 4.540 na polícia criminal e 2.100 no setor de formação profissional.

No ano de 1987, o Estado de Baden-Württemberg foi o primeiro a contratar mulheres para os quadros da Polícia de Proteção. Desde então, a cota de policiais femininas cresce continuamente. Atualmente, 13% do aparato de servidores é formado por mulheres.

O conceito de filosofia policial compreende, hoje em dia, princípios de uma estratégia comum de empreendimento “*einheitliche Unternehmenstrategie*”, caracterizada internacionalmente como Corporate Identity. Os princípios da atuação policial devem ser a expressão do “auto-entendimento”, do papel e do valor da Polícia na sociedade, da identidade interna da Polícia, assim como do sentido e dos objetivos das tarefas sob a responsabilidade policial. As ações policiais, que tem seus pressupostos condicionados pelo ní-



vel das perturbações e pelo número de perturbadores, podem ser orientadas por diversos tipos de critérios.

No que se refere à formação dos policiais, na época do pós-guerra, verificavam-se elementos militares inseridos nas polícias de choque. Os policiais em formação não podiam ser casados e eram obrigados a morar lá, assim como a participar nos proventos da comunidade. Uma grande parte da formação realizava-se a partir do exercício de ação em unidades fechadas. Através da introdução de ações práticas, os formandos tiveram a possibilidade de aplicar seus conhecimentos. Tratava-se de um sistema dual de formação, estabelecendo uma ligação entre teoria e prática.

Desde 1993, é possível a admissão direta de policiais nos serviços especializados, encurtando, deste modo, a formação nas polícias de choque. Os candidatos para a polícia criminal e de proteção são formados conjuntamente.

Nos últimos anos a formação dos policiais tem se adequado à necessidade de novas tarefas, assim como à mudança na realidade das vagas de trabalho, de policiais “executivos” para “encarregados”. No Estado de Baden-Württemberg, a Escola Superior de Polícia em Villingen-Schwenningen foi objeto de uma avaliação, e, da conclusão do parecer, foram determinadas algumas diretrizes para o ensino, dentre as quais, exemplificativamente, a realização das aulas em grupos de estudos.

Desenho de um Plano de estudo semanal da Polícia estadual de Baden Württemberg

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:25	Tema principal: Patrulha	Serviços de Direito Público	Tema principal:  Acidente de trânsito e vigilância rodoviária;	Esportes  Natação e montaria	Treinamento  Defesa e Captura
08:10					
08:15	Aplicação de medidas coercitivas (armas de fogo)	<b>Tema Principal:</b> Acidente de trânsito e vigilância rodoviária Detenção e controle de veículos	Detenção e controle de veículos;	Tema principal	Tema principal
09:00					
09:25	Abordagem policial de pessoas	Esporte	Sanção por desordem no	Combate à criminalidade	Combate à criminalidade
10:10					
10:15	Princípios da própria segurança	Língua inglesa ou francesa	Informática	Interrogatório  (acusados e testemunhas)	Interrogatório  acusados e testemunhas
11:00					
11:05	Exercícios de ação			Segurança na investigação	Segurança na investigação
11:50					
<b>INTERVALO</b>					
12:50	Medida Coercitiva e treinamento de tiro	Preparação prévia e posterior da aula	Treinamento de situação prática relativo ao conteúdo do tema principal	Treinamento de situação prática relativo ao conteúdo do tema principal	Formação Política
13:35					
13:40	Exercícios de ação	Tema principal: Patrulha	Preparação prévia e posterior da aula	Preparação prévia e posterior da aula	Formação Política
14:25					
14:40		Aplicação de medidas coercitivas (armas de fogo)	Medida coercitiva e treinamento de tiro		
15:25					
15:30		Abordagem policial,			
16:15					
		Língua alemã			

Fonte: Disponível em : <http://www.polizei-bw.de> (acesso em : 05/04/2011).

A ilustração abaixo representa o atual organograma do Curso para Policiais do Departamento de Polícia de Baden-Württemberg. O curso é composto no seu total por cinco áreas transdisciplinares, a saber: Formação geral, Doutrina da sociedade, Direito, Estatística Policial e Criminalística e Exercícios de Ação. A formação no curso se divide em aulas práticas e teóricas numa construção de habilidades e conhecimentos dos mais básicos aos mais complexos.

Organograma do Curso para Policiais do Departamento de Polícia de Baden-Württemberg



Fonte: Disponível em : <http://www.polizei-bw.de> Acesso em : 05/04/2011

## 3.2. A POLÍCIA FEDERAL NA ALEMANHA

### 3.2.1. O Departamento Criminal Federal

O Departamento de Polícia Criminal Federal alemão (Bundeskriminalamt - BKA) completou, em 22 de março de 2001, 50 anos de existência, podendo ser caracterizado como o Serviço Central de Polícia da República, e, no contexto do trabalho conjunto internacional, de Serviço de Averiguação nos casos de crimes organizados, espionagem e terrorismo <sup>4</sup>.

<sup>4</sup> The Bundeskriminalamt dates back to March 1951. At that point in time, the "Law on the Establishment of a Federal Criminal Police Office" came into force. A short time afterwards the "Criminal Police Office for the British Zone" in Hamburg became the Bundeskriminalamt (Federal Criminal Police Office), abbreviated BKA. Legislators thus acted on the authority granted by the German Constitution to set up central agencies at Federal level for police information and communications as well as for criminal police work. The development of the Bundeskriminalamt (BKA) as the criminal police of the Federation over more than 50 years must be viewed in the context of social and political developments as well as technical progress. The orientation, build-up and expansion of the Bundeskriminalamt are, and always have been, closely tied to the national and international development of crime and the specific role of the BKA within the existing security architecture in Germany, Europe and the world. Constant changes in the forms and means of the commission of crime, as well as the criminal geographical regions, make enormous

O ponto principal do BKA está nas vantagens jurídico-constitucionais que o outorgam uma função de órgão centralizado. A estrutura federal descentralizada da Polícia não daria bons resultados, especialmente frente à mobilidade, entre Estados e transfronteiriças, de criminosos e terroristas.

Nos últimos tempos, o BKA, em trabalhos conjuntos com outros órgãos de segurança da União, assim como em nível internacional, desenvolveu uma forte rede de troca de informações, indispensável para o trabalho preventivo e repressivo no combate ao terrorismo.

No âmbito do combate ao crime organizado, desde 1986 existem dois departamentos permanentes de atuação, um destinado à repressão do narcotráfico, chamado de RG5, e outro com competência na investigação e avaliação dos demais campos da criminalidade, representada pela sigla EA6. Desde 1993, os dois departamentos fazem parte de uma estrutura geral denominada Criminalidade Geral e Organizada, sob a sigla A07. A Organização, desde então, é orientada por quatro princípios norteadores, quais sejam: a) desenvolvimento de relatórios sistemáticos para o domínio de tarefas estratégicas e táticas; b) separação entre investigação e avaliação para uma intensiva observação das tarefas individuais; c) profissionalização da avaliação através de um ativo fornecimento de informações; projetos detalhados de avaliações e desenvolvimento de modernos métodos de avaliação; e d) orientação pela escolha das investigações conforme os critérios da internacionalidade, excepcionalidade, organização e dano social.

### 3.2.2. O Departamento de Fronteiras

A nova lei de regulação da Proteção de Fronteiras da Federação, de 19 de outubro de 1994, significou um novo marco em direção a uma Polícia moderna. Em 2005, devido à variedade de tarefas desempenhadas pela entidade, esta foi renomeada como Polícia Federal.

As tarefas da Polícia Federal estão estabelecidas nos §§ 2 a 13 do Código da Polícia Federal (BPolG). São elas: a) proteção das fronteiras (§ 2º); b) polícia ferroviária (§ 3º); c) segurança aérea (§§ 4º, 4a); d) proteção dos órgãos da Federação (§ 5º); e) tarefas no mar (§ 6º); f) tarefas em casos de defesa ou necessidade (§ 7º); g) intervenção no exterior (§ 8º); h) intervenção para apoio de outros Serviços da Federação (§ 9º);

---

demands on the police. As of the mid-80's, besides continuing its battle against terrorism, the Bundeskriminalamt concentrated above all on dealing with the growth of international drug trafficking and the spread of organized crime. The reunification of Germany in a uniting Europe was an outstanding mark of the closing 20th century. Now, at the beginning of the new millennium, the Bundeskriminalamt faces the challenge posed by breathtaking progress in the fields of information and communications technology, which criminals also use for their purposes. In addition, since the terrorist attacks in the United States on September 11, 2001, the battle against international terrorism has become the focal point of security policy throughout the world. It poses a great challenge to security agencies at national and international level and makes it necessary to review our own organisation and the interaction with other agencies of the security architecture ("Jörg Ziercke President of the Bundeskriminalamt). Fonte: <http://www.bka.de>

- 5 Rauschgiftkriminalität
- 6 Ermittlungen und Auswertungen.
- 7 Organisierte und Allgemeine Kriminalität.

i) intervenção para o apoio a Órgãos da Federação para a proteção constitucional no campo da técnica de rádio transmissor (§ 10º); j) intervenção para a proteção de um Estado da Federação; k) perseguição a criminosos (§ 12); perseguição e punição por infrações (§ 13). Este catálogo de funções deixa-se complementar com a Lei de combate ao terrorismo de 9 de janeiro de 2002, onde, através da complementação provinda do § 4ª da Lei da Polícia Federal, autorizou esta a realizar ações no espaço aéreo, inclusive nos voos, de modo que o controle não está mais restrito a medidas de controle no solo.

As competências da União no âmbito operativo da Polícia são legalmente limitadas, mas, de modo algum, taxativas. Muito pelo contrário, existe, relativamente à Secretaria Criminal da União, uma Polícia que atua com uma relativa liberdade no trabalho investigativo, o qual é composto por crimes transfronteiriços, especialmente no que tange à criminalidade organizada, assim como atos de terrorismo. Enquanto um órgão com relações internacionais com a Interpol e a Europol, são compartilhadas e exigidas informações sobre condutas criminosas, criminosos e modalidades de crimes entre a Secretaria Criminal da União e tais órgãos internacionais. Frente ao aumento da internacionalização dos crimes, também se eleva aqui a importância da Secretaria Criminal da União.

### **3.2.3. Desafios Atuais das Polícias Alemãs**

No âmbito da reforma federativa, os Estados da federação conquistaram amplas competências para regulamentações no que se relaciona ao estatuto jurídico dos policiais, podendo, com isso, se distanciar das tendências de unificação das leis sobre os servidores da Polícia. Hoje já existem distinções sobre o regime temporário de serviço policial entre os Estados, que podem, no futuro, se estender a distinções salariais e a diferentes níveis na carreira. Tentativas de governança da Polícia e de produção de segurança interna com a ajuda de instrumentos de economia empresarial já ultrapassaram seu apogeu e são, agora, tendo em vista sua utilidade, avaliadas mais realisticamente a partir do bem “segurança pública”.

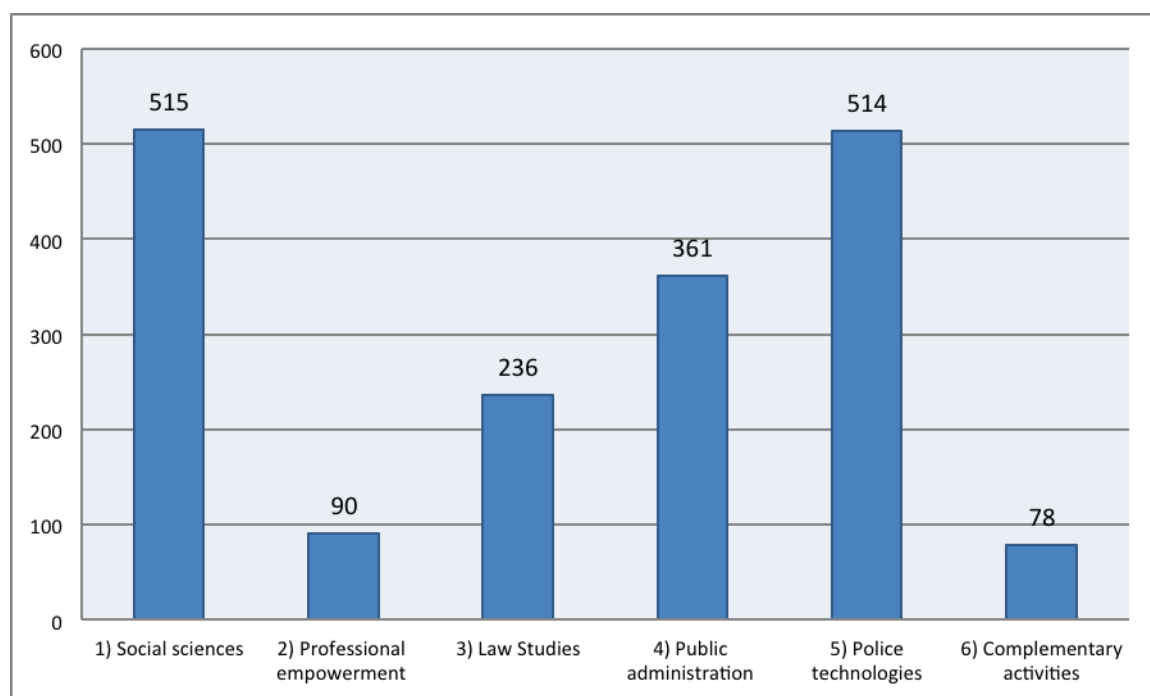
Mudanças decisivas para as polícias alemãs são aquelas que dizem respeito à “europeurização” e a “internacionalização” do trabalho policial. Ademais, ações policiais no exterior constituem novas tarefas policiais que entram agora em cena. Os limites entre segurança interna e externa, principalmente em tempos de criminalidade organizada e terrorismo, não estão tão claramente estruturados como ainda estavam há poucos anos atrás. Com isso, avulta a necessidade de uma relação mais intensa em termos de cooperação com outros atores internacionais da política de segurança, como o Exército, os serviços secretos ou serviços privados de segurança.

A Polícia Federal, renomeada, em 2005, de “Polícia Federal de Proteção de Fronteiras” para “Polícia Federal”, atua de maneira conjunta. Os diversos acordos de cooperação com quase todas as polícias estaduais deixam ainda mais evidente o efetivo trabalho conjunto desempenhado pela Polícia Federal. De modo

especial, as ações policiais no exterior caracterizam o perfil de sua atividade profissional. Tanto no que diz respeito às tarefas nacionais, quanto internacionais, a Lei que regulamenta a Polícia Federal representa, ao mesmo tempo, um instrumentário efetivo e adequado a um Estado de Direito para as ações da Polícia Federal.

A Escola Superior de Polícia da Alemanha, em Munster, oferece a Oficiais Superiores um curso equivalente a um Mestrado Profissional no qual as disciplinas estão assim dispostas:

Alemanha – Escola Superior de Polícia - 2005



Percebe-se uma grande ênfase nas ciências sociais e nas tecnologias policiais, seguidas das disciplinas de gestão pública e de estudos jurídicos. Seguem-se as atividades de valorização profissional e as atividades complementares. Ou seja, as diversas escolas de policias nos Estados cuidam da formação inicial da carreira e da educação continuada, enquanto que a Escola Nacional oferece cursos para os níveis superiores da carreira, voltados à gestão pública.

Este sistema educativo policial possibilita garantir e transmitir os princípios da Polícia Federal da Alemanha:

## Os princípios da Polícia Federal Alemã



Fonte: GROSS, Hermann; FREVEL, Bernhard; DAMS, Carsten. (org.), 2008, p.589.

## 4. O caso da Inglaterra – National Police Improvement Agency (NPIA)

A fim de estabelecer um padrão nacional de polícia, a NPIA foi criada em 2007, com os seguintes objetivos: “O governo vê a necessidade de uma Escola Central de Polícia para agir com o foco de desenvolvimento e promoção da excelência profissional através do serviço policial. Seria também para treinamento de lideranças em nome das forças policiais da Inglaterra e do País de Gales, assim como gostaria de incentivar e desenvolver a compreensão internacional das questões de policiamento” (NPIA - AGÊNCIA NACIONAL DE MELHORIA DA POLÍCIA - 2007).

Estas propostas representam uma oportunidade para elevar os padrões na formação da polícia e equipar todo o pessoal com as habilidades que precisam para seu trabalho e, assim, proporcionar um melhor policiamento. Esta formação é parte de uma concepção estratégica de recursos humanos: a formação não é um fim em si mesmo, pois o principal desafio é conseguir a melhor formação possível para a polícia reduzir o crime, aplicar a justiça, proteger o público e contribuir à construção de uma sociedade segura (Home Office. Londres, Formação da Polícia, um documento de consulta, Novembro de 1999, p. 3).

O “College of Policing” começou a funcionar em 2012, assumindo funções da NPIA, com o objetivo de servir o interesse público, incrementando o modelo britânico de policiamento por consentimento.

O objetivo é proteger o interesse público mediante: promoção dos valores do policiamento eficaz; aprendizagem e apoio de melhoria no policiamento; ética e valores. Especificamente, a missão é:

1. Proteger o interesse público, pela promoção dos valores do policiamento efetivo, incrementando o policiamento e mantendo a ética e os valores;
2. Promover padrões nacionais de policiamento de excelência;
3. Identificar o que funciona em policiamento e compartilhar as melhores práticas;
4. Apoiar a educação e o desenvolvimento profissional dos policiais, organizando um currículo nacional.

Trata-se de definir e melhorar normas nacionais de profissionalismo para garantir a excelência no policiamento operacional a fim de: desenvolver um conjunto de normas acordadas a nível nacional para os oficiais e funcionários; fornecimento de estruturas para os padrões a serem testados; identificar evidências do que funciona em policiamento e partilhar as melhores práticas; proporcionar o acesso a um corpo de conhecimento formado pela pesquisa baseada em evidências e nas melhores práticas; continuar a desenvolver uma compreensão das ameaças crescentes à segurança pública; apoiar o desenvolvimento da educação profissional dos policiais; manutenção do currículo de policiamento nacional; formação de lideranças e formação especializada; desenvolvimento de futuros líderes e conhecimentos através da gestão de talentos eficaz; e habilitar e motivar funcionários a trabalhar em conjunto para alcançar os objetivos compartilhados.

Para atingir estes objetivos, o corpo vai fortalecer os vínculos entre o serviço de polícia e outras organizações: vai trabalhar com universidades para compartilhar e desenvolver a base para o policiamento. Ele vai trabalhar com outras organizações, inclusive com o setor privado para assegurar que, quando apropriado, o serviço policial é capaz de acessar a melhor formação. E vai trabalhar em estreita colaboração com parceiros internacionais, para garantir que o serviço policial seja capaz de compartilhar e acessar o melhor em todo o mundo.

Na Irlanda do Norte, durante o processo de Paz, o Relatório da Comissão de Independente sobre Policiamento, de 1999, afirmava que a educação, a formação e o desenvolvimento estratégico devem prever um serviço de polícia dedicada à proteção dos direitos humanos e ao respeito da dignidade humana, nos seguintes termos:

- um serviço policial responsável, ágil, comunicativo e transparente;
- um novo estilo de policiamento baseado em parcerias com a comunidade;



- um serviço policial descentralizado, com responsabilidades de decisão descentralizadas em equipes e comandos distritais;
- uma gestão mais flexível

No caso da relação com as Universidades, recomenda que o Diretor do centro de formação deve ter os títulos acadêmicos e a experiência de gestão, e que os instrutores civis devem ser empregados para realizar todos os programas de treinamento possíveis. Recomenda, ainda, que alguns módulos de treinamento devem ser contratados com as Universidades e oferecidos nas instalações da Universidade, de preferência em conjunto com estudantes não policiais: assuntos constitucionais, direitos humanos, aspectos do sistema de justiça criminal, entre outros temas.

Afirma também o Relatório a prioridade na formação em Direitos Humanos orientados a comunidades complexas: todos os membros do serviço de polícia deverão ser instruídos sobre as implicações para o policiamento dos Direitos Humanos, no contexto da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para continuar com a sua formação, o foco de atenção será a comunidade que servem; assim, é fundamental para o trabalho da polícia a capacidade de interagir com outras pessoas, pois a maioria dos trabalhos da polícia envolve lidar com pessoas.

Acontece que a sociedade está se tornando cada vez mais complexa, muitos grupos, cada um com seus próprios interesses, padrões e pontos de vista. Isto representa um grande desafio, não só para a nossa compreensão, mas também a maneira como nos relacionamos uns com os outros. Ou seja, a proposta ora em vigência na Irlanda do Norte é um serviço policial orientado para trabalhar em comunidades complexas, para o que realizam convênios com as Universidades.

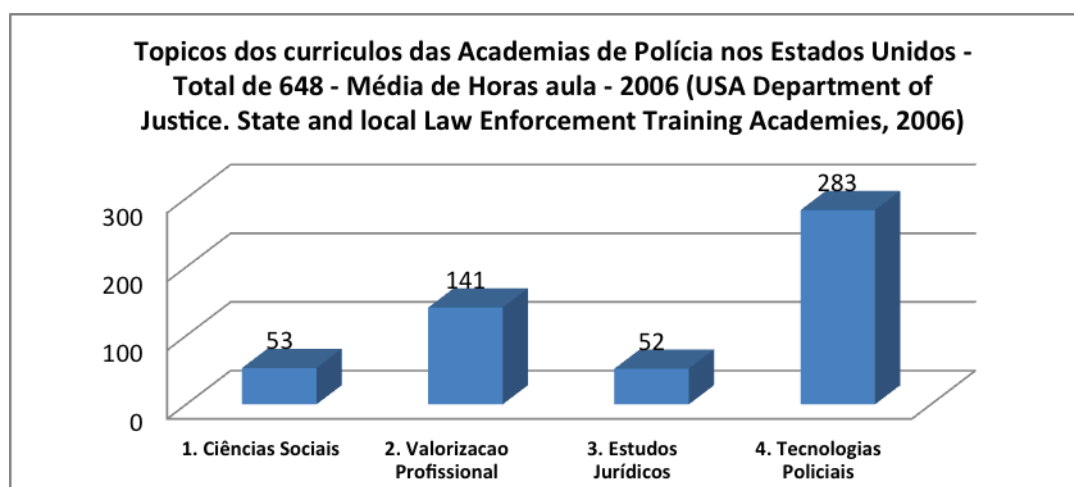
## 5. O caso dos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, de 2002 a 2006, houve um incremento dos conteúdos referentes ao Policiamento Comunitário. Entretanto, a maioria das Academias era mais orientada para um modelo “militar estressante” do que para um modelo “acadêmico não estressante” (State and Local Law Enforcement Training Academies, p. 10).

O problema da formação policial nos Estados Unidos pode ser visto em termos de seleção, de educação, de treinamento e da permanência dos candidatos na carreira policial. O período de formação varia de quatro a 12 meses, com uma média de 10 meses. A diversidade de departamentos municipais de Polícia, de Polícias Estaduais e das Polícias Federais é enorme, podendo chegar a 18.000 organizações. As escolas

de polícia são em número bem menor, havendo diversos consórcios intermunicipais e regionais para assegurar a formação dos policiais.

A análise dos currículos de 648 escolas de polícia, fruto do Censo realizado em 2006 pelo Departamento de Justiça, indica o seguinte:



Fonte dos dados brutos: Brian A. Reaves. "State and Local Law Enforcement Training Academies, 2006". Bureau of Justice Statistics, February 2009.

Fica evidenciado que houve a predominância das tecnologias policiais, seguidas pela valorização profissional, vindo depois as ciências sociais e os estudos jurídicos.

Comparando os dois Censos realizados Nos Estados Unidos, de 2002 e de 2006, houve um incremento dos conteúdos referentes ao Policiamento Comunitário. Entretanto, a maioria das Academias era mais orientada para um modelo "militar estressante" do que para um modelo "acadêmico não estressante" (State and Local Law Enforcement Training Academies, p. 10).

Os desafios que se colocam atualmente são: necessidade de uma maior escolarização, indicando para a realização pelos policiais de estudos de nível superior (o caso de Chicago, Boston e das Polícias Federais); a necessidade da multidisciplinaridade; e uma maior diversidade entre os alunos, a fim de que entrem mais mulheres e representantes de minorias étnicas.

## 5.1. ACADEMIA DE POLÍCIA DE NOVA IORQUE (NYPD ACADEMY)

### 5.1.1. Treinamento físico e tático

As habilidades ensinadas no treinamento regular são reforçadas mediante simulações interativas que preparam os aspirantes para as situações do trabalho policial na vida real.

- Armas: Ciclo de qualificação em Armas de Tiro;
- Contra-terrorismo: Cursos de armas especiais;
- Uso de armas não letais;
- Veículos: Treinamento em direção; qualificação em vários tipos de veículos; direção defensiva; situações de emergência.

## 5.2. CHICAGO: PROGRAMA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (CAPS) - 1993

Os policiais foram treinados no modelo orientado à solução de problemas. A melhoria do acesso aos serviços públicos da cidade forneceu aos policiais apoio de recursos extras e a disponibilidade dos serviços ajudou os policiais a responder às preocupações do público;

O curso CAPS tem sido avaliado pela Northwestern University. Avaliando seus resultados, pode-se afirmar que foi moderadamente bem sucedido no envolvimento com a Comunidade, principalmente pela utilização dos seguintes procedimentos:

- “Beat Meetings” – a sociedade civil manifesta suas preocupações de forma a ser levada em conta no agendamento das prioridades policiais;
- “DACs (District Advisory Committees)” – tem por objetivo promover a cooperação entre moradores e policiais através de várias atividades (marchas, vigílias, oração, petições e manifestações em toda a cidade)

O desafio atual é que ainda não é possível beneficiar a toda a diversidade étnica e social da população de Chicago, sendo a maior dificuldade a integração dos latinos no programa.

### 5.3. BOSTON

Mediante o estabelecimento de relações entre a polícia e a comunidade, a Academia de Polícia emprega abordagens de policiamento que reduzem o crime e minimizam a tensão racial. O envolvimento da comunidade é elemento chave, mas restam dificuldades com os imigrantes ilegais, principalmente brasileiros, africanos, cabo-verdianos.

### 5.4. SAN FRANCISCO POLICE DEPARTMENT TRAINING DIVISION

A missão do SFPD é desenvolver o Profissionalismo, mediante uma educação com qualidade, treinamento e apoio. O objetivo é propiciar um programa de treinamento que siga os padrões e necessidades dos membros do San Francisco Police Department (SFPD) e da Comunidade a quem servem.

Foi estabelecido na Califórnia, desde 1959, a Commission on Peace Officer Standards and Training (POST), envolvendo vários departamentos locais de Polícia. O POST funciona por adesão voluntária, baseado no incentivo. A participação das agências (mais de 300) as credencia a seguir os padrões do POST e de seus serviços, ou seja:

- Instrumentos padronizados de trabalho;
- Pesquisas para melhorar os padrões de seleção dos candidatos;
- Serviços de assessoria de Gestão;
- Desenvolvimento de novos cursos de treinamento;
- Remuneração pelo treinamento;
- Programa de treinamento de lideranças com qualidade.

O POST atribui certificados de reconhecimento da proficiência e de titularização dos profissionais.

### 5.5. US POLICE DEPARTMENTS E AS UNIVERSIDADES

Existe uma forte relação entre os Departamentos de Polícia e as Universidades, públicas e privadas. Existem várias modalidades de auxílio a policiais-estudantes, para que realizem um complemento universitário em sua formação: há cerca de 120 programas acadêmicos de Criminologia, Justiça Criminal, “Law Enforcement” (Aplicação da Lei) e Estudos Policiais.

Em nível da graduação, o New York City Police Department oferece bolsas na NYU – New York University, na CUNY – City University of New York, principalmente no John Jay College, na University of Albany e na Harvard University. Ao mesmo tempo, vários Colleges oferecem redução de taxa de matrícula aos policiais.

O Chicago Police Department paga as taxas de matrícula e tem um acordo com a Northeastern University.

Em nível de pós-graduação, o NYCPD oferece bolsas de estudo e vários Colleges oferecem programas de redução das matrículas. Também houve um MBA. em Gestão Policial em acordo com a Columbia University. E há convênios com o John Jay College of Criminal Justice da CUNY, inclusive um amplo trabalho de consultoria.

## 6. O caso do Canadá, Província do Quebec

Vamos tomar como caso a Escola Nacional de Polícia do Quebec, modificada em 2000 para seguir por um Código de Valores:

- Respeito: agir sempre em relação a cada ser humano, não importando suas diferenças, a fim de que sua dignidade, seus direitos e liberdades sejam respeitados;
- Integridade: ser justo, honesto, imparcial e leal em relação às pessoas e as instituições democráticas, o que implica os princípios de probidade, correção e éticos;
- Disciplina: agir com profissionalismo, demonstrando competência e adotando uma conduta exemplar;
- Engajamento: oferecer um serviço de qualidade para o desenvolvimento do trabalho em equipe, buscando a excelência;
- Senso de responsabilidade: ser responsável e crítico de suas ações. Utilizar judiciosamente a informação e os recursos disponíveis.

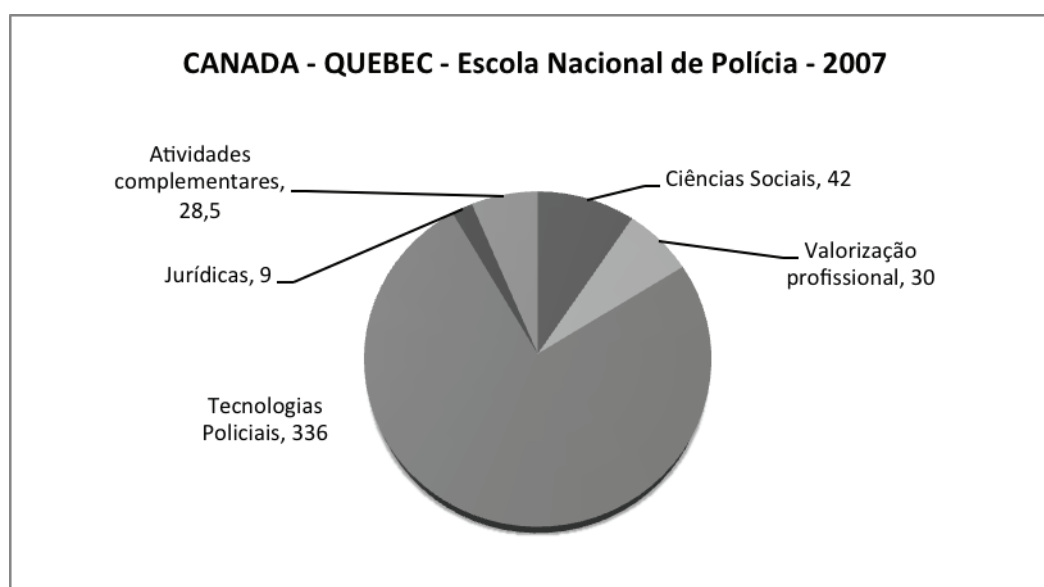
Na École nationale de police du Québec, os programas de formação profissional abrangem três modalidades: o patrulhamento; a investigação policial e a gestão policial. Baseiam-se no conceito de competência:

“A competência é um poder de agir, de ter sucesso e de progredir que permite realizar adequadamente tarefas e atividades do trabalho e que se baseia em um conjunto organizado de saberes (conhecimentos, habilidades em diversos domínios, percepções, atitudes, etc.)» (Canada, Ministère de l'Éducation, 1999).

A Escola tem como missão, enquanto lugar privilegiado de reflexão e de integração de atividades relativas à formação policial, garantir a pertinência, a qualidade e a coerência desta formação. A abordagem por competência baseia-se em seis princípios:

- A formação é baseada na execução de tarefas ligadas à função do trabalho e não sobre o ensino de conteúdos disciplinares;
- A formação é estruturada de maneira que o estudante possa executar cada uma das tarefas várias vezes e em diferentes contextos;
- As tarefas são acompanhadas por critérios e indicadores permitindo observar e mediar sua realização;
- A formação é estruturada de maneira que o estudante se aproprie, no início da formação, dos padrões de trabalho e da grade de avaliação, seus critérios e indicadores;
- A avaliação formativa é integrada ao procedimento de aprendizagem (auto avaliação, co-avaliação e monitoramento).

Na prova final, o estudante é colocado em situação de exercer as tarefas com os mesmos padrões de trabalho e com base nos mesmos critérios e indicadores utilizados ao longo da formação.



Verifica-se, em um total de 446 horas de formação do Gendarme-patrolheiro, ou seja, em 12 semanas, a concentração nas tecnologias policiais, divididas em dois grupos: emprego da arma de fogo e atividades de patrulhamento. Seguem-se as disciplinas de Ciências Sociais, as de Valorização Profissional e as Atividades Complementares, vindo em pouca carga horária as disciplinas jurídicas, unicamente centradas na preparação do procedimento judicial.

Há dois outros cursos de formação inicial:

Investigação Policial, formado pelas seguintes disciplinas:

- Direito Penal aplicado à investigação policial;
- Processo de investigação;
- Elementos de Ética aplicada;
- Análise criminológica;
- Atividades de integração na investigação.

Gestão Policial

- Desenvolvimento de habilidades de Direção ;
- Elementos de Ética aplicada ;
- Avaliação contínua de resultados ;
- Gestão de organizações ;
- Supervisor de Patrulhas.

Existe um continuum da formação policial mediante uma parceria entre a ENPQ e as Universidades. O objetivo é utilizar a expertise particular de cada estabelecimento e oferecer formação em todo o território do Quebec. O bacharelado em Segurança Pública é um programa de aperfeiçoamento dirigido a todos os policiais do Québec, compreendendo 90 créditos, assim divididos: Formação geral em intervenção policial - 30 créditos; Formação específica em Gestão - 54 créditos; Atividades complementares - 6 créditos. As Universidades Públicas do Quebec que participam são as seguintes:

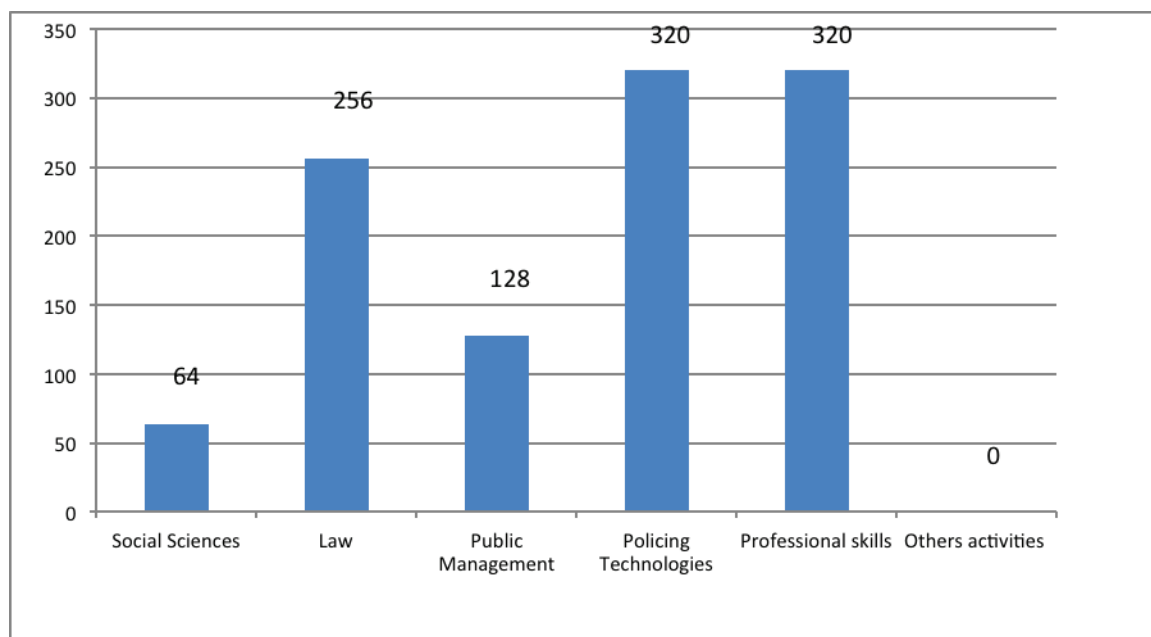
- |   |   |
|---|---|
| • Université Laval                              | • Université du Québec à Montréal       |
| • Université de Montréal                        | • Université du Québec à Rimouski       |
| • Université de Sherbrooke                      | • Université du Québec Télé-Université  |
| • Université du Québec en Abitibi-Témiscamingue | • Université du Québec à Trois-Rivières |
| • Université du Québec à Chicoutimi             | • HEC Montréal                          |
| • Université du Québec en Outaouais             | • Ecole Polytechnique de Montréal       |

## 7. 0 caso da Argentina

A Argentina oferece uma singular combinação entre Escolas provinciais de Polícia e a Universidade da Polícia Federal em Buenos Aires. Esta oferece a civis vários cursos universitários, pagos, juntamente com a Escola para oficiais de Polícia.

A Escola de Cadetes oferecia o seguinte quadro curricular:

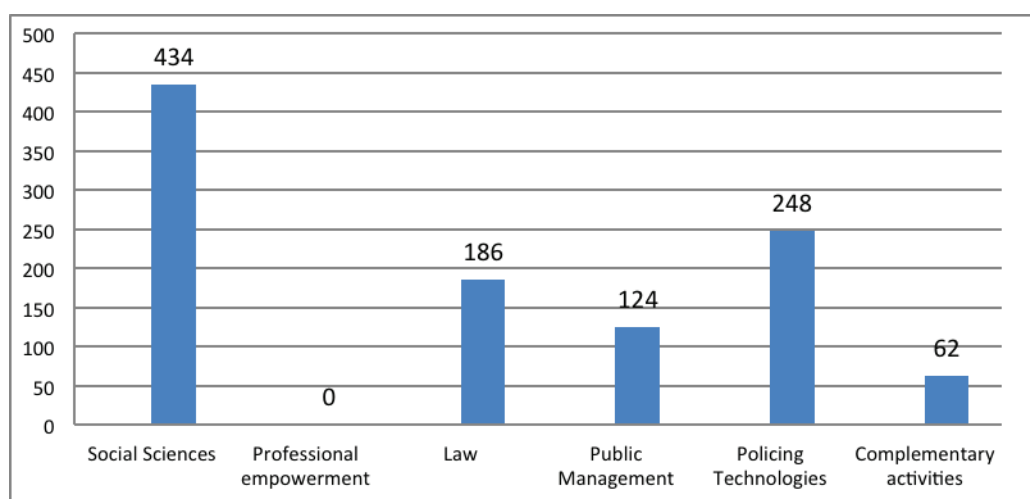
Argentina - Polícia Federal - Oficial de Polícia - Escuela de Cadetes (2007)



Percebe-se uma elevada concentração entre as Tecnologias Policiais e as disciplinas de Valorização Profissional, seguidas pela área de Ciências Jurídicas. Após, as disciplinas orientadas para a Gestão Pública e as Ciências Sociais. No caso do Mestrado em Segurança Pública da mesma Universidade, a situação curricular é inversa: predomínio da área de Ciências Sociais, seguida pela das Tecnologias Policiais. Vêm em seguida as disciplinas jurídicas e de gestão pública.

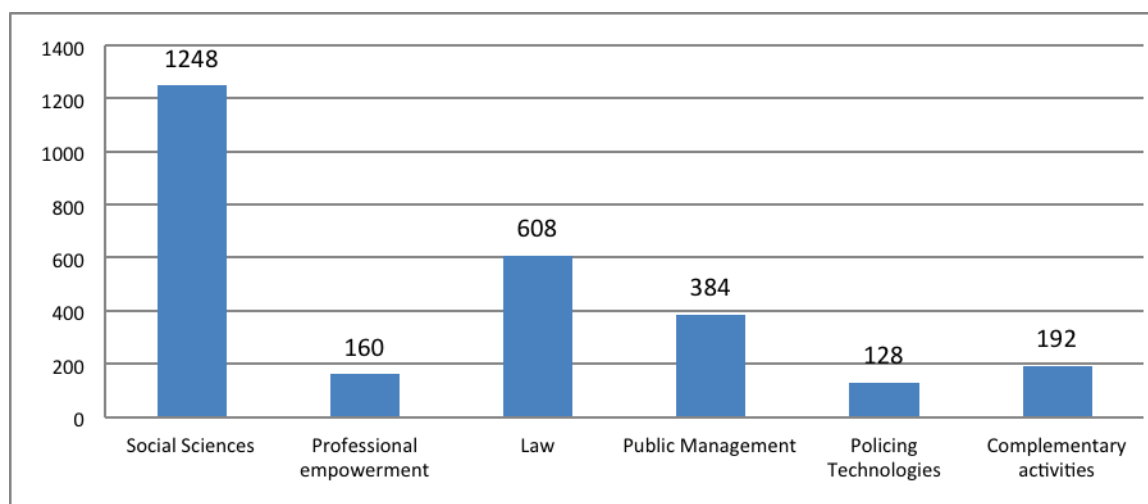


Universidad de la Policia Federal Argentina - Mestrado em Segurança Pública (2007)



A seguir, vamos indicar os materiais acerca de experiências de ensino policial nas Províncias. No caso da Universidade de Lanus, a Província de Buenos Aires lhes pediu uma formação em Polícia Comunitária, em um esforço de reforma orientada pelo modelo do policiamento comunitário.

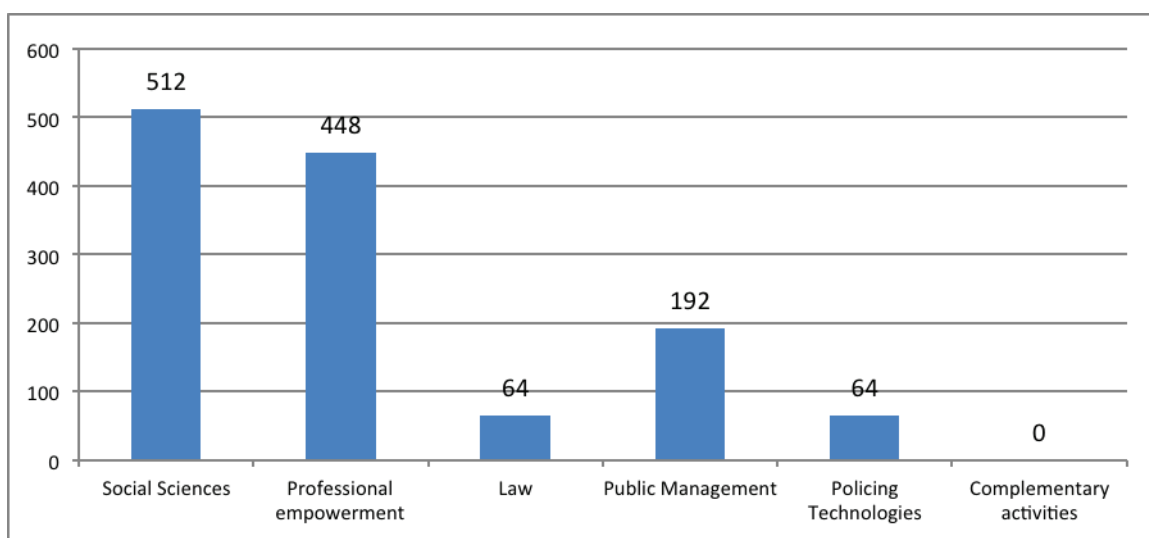
Argentina – Univ. Lannus – Prov. de Buenos Aires - Graduação em Segurança Pública - Temas em horas (2005)



Trata-se de uma formação inicial na carreira, mas aqui predominam as disciplinas de Ciências Sociais – 1248 horas – seguidas pelas disciplinas jurídicas – 608 horas – e pelas de Gestão Pública – 384 horas. Depois, aparecem as disciplinas de Tecnologias Policiais, de Valorização Profissional e as atividades complementares.

O segundo exemplo de escola provincial de Polícia é o curso de graduação para o início na carreira policial:

Argentina – Univ. Nacional Villa Maria - Córdoba - Graduação em Segurança Pública – Temas em horas



Novamente, a presença das Ciências Sociais é vultuosa – cerca de 512 horas de aulas – seguida pelas disciplinas de Valorização Profissional – 448 horas – e de Gestão Pública – 192 horas. Bem menos são as horas dedicadas às Tecnologias Policiais e à área Jurídica, ambas com 64 horas aula cada uma.

O exemplo argentino demonstra uma tensão entre duas orientações no Ensino Policial: uma que faz predominar as Tecnologias Policiais e outra que valoriza as Ciências Sociais na formação inicial da carreira policial.

## 8. A internacionalização do ensino policial

Esta nova dimensão do ensino policial pode ser visualizada mediante alguns exemplos, lembrando que o envio de policiais para tais centros sempre depende da adesão dos países:

### 8.1. USA - THE INTERNATIONAL LAW ENFORCEMENT ACADEMY – EM 1995, PELO FLETC – FEDERAL LAW ENFORCEMENT TRAINING CENTER

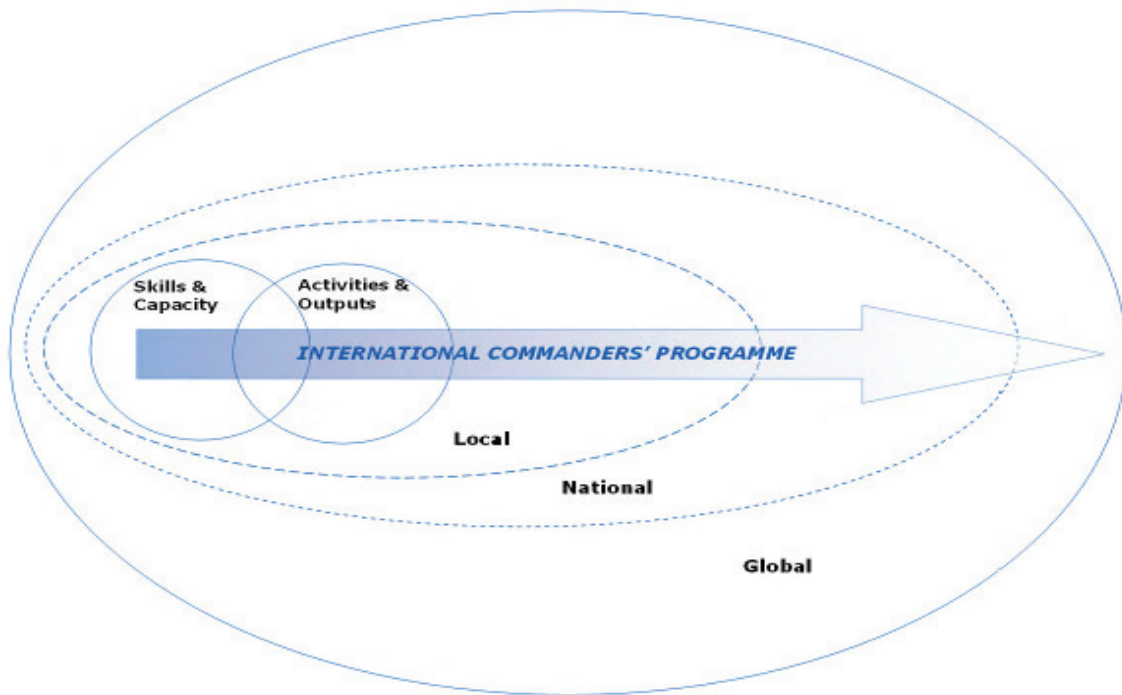
Uma organização para o treinamento na aplicação da lei - compreende 87 agências federais do Governo Norte-americano, desde 1970, junto com o Department of Homeland Security (DHS), desde 2003. Ela coordena cinco escolas em distintos países: Budapest, Hungary (1995), Bangkok, Thailand (1999), Gaborone, Botswana (2001), San Salvador, El Salvador (2005) e Lima, Peru (2005).

A Missão consiste em: “Treinar aqueles que protejam nosso território, mediante treinamento rápido, flexível e focado a fim de proteger e manter segura a America”. Os métodos seguem a abordagem de resolução de problemas - “Problem Oriented Approach to Crime Reduction” - seguida pela Polícia Metropolitana de Londres, com o emprego do SARA (Scanning, Analysis, Response, and Assessment), um modelo de solução de problemas.

Definem seu objetivo: “Apoiar as democracias emergentes, ajudar a proteger os interesses dos USA mediante a cooperação internacional e promover a estabilidade social, política e econômica pelo combate ao crime”, seguidos dos seguintes objetivos secundários: ajudar a construção institucional da justiça criminal e dos órgãos de aplicação da lei; facilitar a cooperação entre os países das regiões nas quais as escolas funcionam, objetivando os problemas de drogas e do crime organizado; e prover uma assistência técnica e treinamento de alta qualidade a fim de formular estratégias e táticas para as equipes internacionais de aplicação da lei.

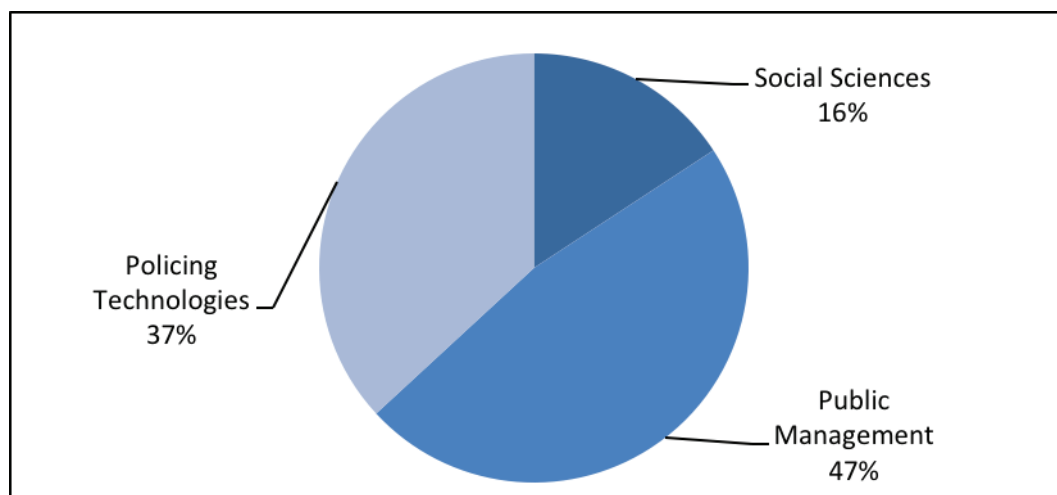
### 8.2. O COLÉGIO EUROPEU DE POLÍCIA DA UNIÃO EUROPEIA - CEPOL

Esta Agencia da União Europeia foi criada em 2005, funcionando no College of Policing, em Bramshill, United Kingdom. Pretende desenvolver a educação para um programa de comando internacional, envolvendo habilidades, capacidades, atividades e produtos, e entrelaçando os níveis locais, nacionais e globais.



### 8.3. CURSOS DE TREINAMENTO DA INTERNATIONAL ASSOCIATION OF POLICE CHIEF (IACP)

Cursos de Treinamento da International Association of Police Chief (IACP)



Os cursos de educação permanente oferecidos pela IACP concentram-se na área de Gestão Pública, seguida pelas tecnologias policiais. Em terceiro lugar, aparecem as disciplinas referentes às ciências sociais. Estes cursos são de curta duração, mais a nível gerencial em pequenos grupos.

## 8.4. ENSINO POLICIAL NO MERCOSUL

Em reunião de Ministros do MERCOSUL, no Rio de Janeiro (9 e 10 de outubro de 2008) foi aprovado o projeto da MERCOPOL, o qual inclui uma “rede de especialização para a segurança pública”. Este projeto vem sendo desenvolvido em encontros periódicos do Centro de Coordenação de Capacitação Policial do MERCOSUL (CCCP).

No Encontro em Brasília, em outubro de 2009, foi decidida a instalação de um Centro de Coordenação e Capacitação Policial do Mercosul: um órgão de trabalho formado pelas áreas educativas dependentes das forças de segurança e policiais dos países que integram o Mercosul.

Seus objetivos são os seguintes: a coordenação da capacitação e atualização das forças de segurança e policiais, com a finalidade de neutralizar as novas e sofisticadas formas da ação delitiva que tem adquirido uma crescente dimensão transnacional e requer a adoção de processos educativos dinâmicos para a capacitação dos recursos humanos que garantam a segurança pública, baseando-se na difusão de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Sua missão consiste em favorecer a articulação e a coordenação das forças de segurança e policiais em relação à Segurança Pública, desde um enfoque interdisciplinar, cooperativo e aberto à permanente evolução do conhecimento científico e tecnológico.

## 9. A crise da Educação Policial

A partir desta visão de várias experiências internacionais de ensino policial, emergem as questões:

- a) Como mudar a educação policial composta por um paradigma tradicional - guiada pelo direito penal e pela criminologia positivista ortodoxa e por doutrinas militares - para uma orientação que incorpore o conhecimento crítico em Direito, Ciências Sociais e das tecnologias policiais??
- b) Como gerenciar a tensão teórico-epistemológica entre Treinamento ou Educação?

Várias são as estratégias para estimular tais mudanças:

1) A contribuição entre a Universidade e as Academias de Polícia e Escolas deveria ser estimulada, assim como a avaliação do sistema de ensino (Comitê Européen, 2000 p 151).

Os acordos entre Escolas de Polícia e Universidades existem para os cursos de graduação, o caso da Argentina e Estados Unidos; para os cursos de pós-graduação, o caso da Argentina, Brasil (RENAESP), Estados Unidos e França. Como consequência, em muitas instituições, observou-se um aumento em sistemas de informação, seguindo a Era da Informação (CASTELLS, 2009).

2) No Ensino Policial, existe uma tensão teórico-epistemológica entre Treinamento ou Educação. O objetivo do treinamento é ensinar um método específico de desempenhar uma tarefa ou responder a uma dada situação, com uma delimitada abrangência. O Treinamento é focado em como levar a cabo uma tarefa em uma situação particular, orientado a objetivos precisos. Treinamento policial é um processo de aquisição de conhecimentos particulares ou habilidades necessárias ao trabalho policial, em períodos delimitados: o objetivo do treinamento é ensinar um método específico de desempenhar uma tarefa ou responder a uma dada situação, com uma delimitada abrangência.

A Educação envolve o aprendizado de conceitos gerais, termos, políticas, práticas e teorias. A Educação policial é um processo de transmitir e adquirir conhecimentos gerais ou específicos relacionadas com a polícia, que leva à obtenção de um determinado grau. Normalmente, programas educacionais policiais se estendem ao longo de vários anos.

3) Portanto, estão em desenvolvimento processos não lineares de transformações na Educação Policial. Em New York, o NYPD adota três lemas: PROFISIONALISMO, CORTESIA e RESPEITO. Na Inglaterra, adotam a categoria de DIVERSIDADE, de raça, gênero, habilidades físicas, orientação sexual, idade, religião e de crenças (International Academy Bramshill, UK). Na Irlanda do Norte, a PSNI propõe um Serviço Policial a uma Comunidade Complexa.

A expansão da cidadania mundial, a formação de uma sociedade civil transnacional, exemplificada nos dez Fóruns Sociais Mundiais, tem estimulado uma Educação Policial orientada para a prevenção do crime, para a redução das formas de violência social e pelas experiências de construção de outro modo de policiar, a Polícia Cidadã. Na esfera conceitual da “sociologia do policial”, há uma tensão entre os conceitos de “treinamento e formação” dos policiais e o conceito de “educação policial”, tensão que perpassa o ensino policial.

## 10. Agenda das Polícias no Século XXI - Depois do atentado às Torres Gêmeas de Nova York (11/09/2001)

A presença do terrorismo internacional e do crime organizado transnacional estimula a repressão militarizada e modelos de policiamento. As preocupações da polícia orientam-se para alguns problemas centrais. A presença do terrorismo internacional e do crime organizado transnacional estimulam os modelos repressivos e militarizados de trabalho policial em âmbito mundial. Por outro lado, fortalece-se o consenso sobre a ética do trabalho policial como um agente social promotor dos direitos humanos, fonte da legitimação do processo das organizações de polícia na Sociedade Civil.

## 11. Conclusões

Diante da crise mundial das polícias, identificada nos anos de 1990, houve uma série de reuniões mundiais nas quais as várias dimensões desta crise foram discutidas, envolvendo acadêmicos e profissionais de segurança pública. Nos Estados Unidos, a maior reação à crise apresentou duas faces: a polícia comunitária, desde o Departamento de Polícia de Chicago, Boston e São Francisco; e o modelo de gestão policial de New York, denominado de “tolerância zero”,

A exportação do modelo de “tolerância zero” ocorreu mediante algumas empresas privadas de consultoria em segurança pública, disseminando o complexo “industrial policial”, muitas vezes pela IPCA, em Porto Alegre e Curitiba; Este foi exportado apenas em sua face de “repressão e criminalização aos pequenos delitos”, produzindo uma nova figura do “anormal”, mas desprezando a rede de capital social e as inovações gerenciais.

Podemos sintetizar o exposto nas análises anteriores em termos de cinco tipos de Educação Policial, os quais evidentemente aparecem mesclados nas realidades empíricas, com predomínio de um ou outro:



Poderíamos afirmar que os três primeiros tipos revelam uma crise da educação policial, pois não mais respondem às realidades do Século XXI. Os três tipos seguintes – Profissional, Polícia Comunitária e Segurança Cidadã – aparecem em distintas combinações, mas revelam as novas orientações da Educação Policial na Era da Mundialização das Conflitualidades.

Podemos formular algumas conclusões específicas:

1. Mudanças no Ensino Policial: Em alguns países europeus – como Inglaterra, França e Alemanha e na Califórnia (USA) – houve a formação de Escolas Superiores de Polícia (ou Agências), nos anos 2000, com um perfil profissional, com orientação gerencial e com alguns conteúdos de ciências sociais, a fim de construir uma nova educação policial. Houve a expansão de Programas de Educação à Distância.
2. A transnacionalização da Educação Policial na Era da Mundialização de Conflitualidades, como pode ser observado em vários blocos regionais: desde os Estados Unidos, o ILEA, para seis países; na União Europeia, pelo CEPOL, sediado em Brumshill, Inglaterra; no MERCOSUL, por iniciativa de uma rede de especialização de ensino policial - MERCOPOL.
3. A Educação dos policiais, nos distintos níveis hierárquicos, e na organização das carreiras profissionais.
4. Como mudar a educação policial de um paradigma composto pelo Direito Penal Positivista e por doutrinas militaristas para uma orientação que incorpore o conhecimento crítico em Direito, em Ciências Sociais e em Gestão Pública?
5. Seria também necessário desenvolver o treinamento de policiais em tecnologias policiais que incorporem os avanços da Ciência e da Tecnologia. E que reduzam o risco de vida, com a orientação de usar armas de fogo só em casos extremos.
6. Acordos entre Escolas de Polícia e Universidades: a colaboração entre Universidades e Academias e Escolas de Polícia deveria ser estimulada, bem como a avaliação do ensino.
7. Os países que favorecem os policiais no início da formação a realizarem Cursos de Graduação são a Argentina, os Estados Unidos e a Irlanda do Norte.
8. Os países que oferecem cursos de pós-graduação, tanto o denominado Mestrado Profissional (MBA. ou Master) são a Argentina, os Estados Unidos e a França.
9. A categoria DIVERSIDADE começa a ser incorporada.

As respostas às questões inicialmente formuladas, principalmente através do mapeamento e análise de modelos de formação existentes em outros países podem ser assim enunciadas:



- Há uma tendência mundial sobre a inserção do debate sobre a escolaridade dos operadores de segurança na agenda pública, expressa em várias dimensões: valorização das inovações pedagógicas (caso do Canadá, da França e da Irlanda do Norte);
- A formação está inserida na carreira policial: seja pela absorção de alunos na Escola de Polícia já com formação universitária (o caso da Província do Quebec, no Canadá), seja pelo estímulo a que os policiais realizem cursos superiores de graduação em Universidades conveniadas;
- O tipo de formação mais valorizado é a interna, uma formação na Academia de Polícia, principalmente para o nível inicial na carreira, a qual, em todos os países pesquisados, é uma carreira única;
- O treinamento inicial é realizado nas instalações das próprias Academias ou Escolas de Polícia; os cursos de educação permanente, de curta duração, também o são. Já os cursos de especialização sempre foram realizados em convênios com Universidades, as quais certificam os títulos (Bacharelado e Mestrado);
- O requisito de escolaridade para a entrada nas polícias dos países abordados é a formação em ensino médio, com exceção do Canadá, onde há graduação de três anos em doze Universidades Públicas, para então os candidatos prestarem concurso para a Escola de Polícia;
- O treinamento inicial tem duração de 6 a 12 meses. Os conteúdos e seus enquadramentos constam no relatório, havendo a predominância de tecnologias policiais. A maioria das disciplinas combinam aulas teóricas e práticas devendo ser destacada a experiência francesa, na qual os alunos vão para um primeiro estágio, supervisionado, voltam à escola, e depois vão para um segundo estágio, também supervisionado, desta vez no próprio local de atuação a ser assumido pelo aluno depois de formado;
- Há cursos de educação permanente, anuais, com duração média de uma a quatro semanas. Os cursos de especialização são para os níveis superiores das carreiras, com ênfase em Gestão Pública;
- Há incentivo ao ensino superior em Universidades conveniadas com as Escolas de Polícia (o caso dos Estados Unidos, da França, da Argentina e da Irlanda do Norte); A Universidade desempenha um papel de contribuir à titulação acadêmica dos policiais, pessoalmente ou mediante ajuda de bolsas de estudo. Porém, no caso da Especialização e no Mestrado, sempre são feitos em convênios com as Universidades, ou exclusivamente nestas com reconhecimento dos títulos pelas organizações policiais.
- A formação para os níveis gerenciais é feita de duplo modo: seja no interior das academias de polícia (o caso de Buenos Aires, da França, do Canadá e da Inglaterra), seja em convênios com Universidades (o caso da França, dos Estados Unidos e da Irlanda do Norte), nas formas de educação continuada, de Mestrado Profissional ou de MBA.

- A atividade policial não é qualificada como uma área de ensino superior específica, mas se insere em programas universitários, de graduação (o caso da Argentina e, de modo complementar, nos Estados Unidos), ou de pós-graduação (os programas de Criminologia, Segurança Pública, Segurança Interior ou de “Law Enforcement”).
- A literatura especializada e a pesquisa de campo revelaram que há um reconhecimento de que o policial que tem o melhor nível de escolaridade pode ser considerado o melhor policial, desde que a estrutura curricular incorpore a inovação em ciência e tecnologia aplicadas ao ofício de polícia.
- No que diz respeito ao uso de armas de fogo, há sempre uma discussão teórica sobre a deontologia do seu uso, e quando o policial a utiliza tem que fazer um relatório circunstanciado. Nos cursos de educação permanente esta questão também é eventualmente incluída.
- Os cursos contribuem para a passagem de um posto a outro na carreira, além do mérito. Porém, para passar para cargos gerenciais, faz-se necessário o curso de especialização.
- A educação permanente tem sido largamente utilizada (como na França e no Canadá) para policiais que, envolvidos em atividades operacionais, podem ser reintegrados às atividades educativas, proporcionando uma nova reflexão sobre as práticas do trabalho policial em sociedades complexas, marcadas pela diversidade e pelas transformações de nosso tempo.
- Pode-se observar a ocorrência de um processo não linear de transformações na educação policial, pleno de ambivalências, mas com amplas possibilidades civilizatórias. Parece, portanto, que está se delineando, em vários países, outra orientação na Educação Policial: seja o Profissionalismo, seja a ênfase na Polícia Comunitária ou na proposta de uma Segurança Cidadã. Todas afirmam o respeito à dignidade humana para um novo padrão civilizatório. A expansão de uma cidadania mundializada e a formação de uma sociedade civil transnacional estimulam uma Educação policial preocupada com a prevenção do crime e o controle das violências, garantindo a Segurança Cidadã enquanto um direito fundamental.

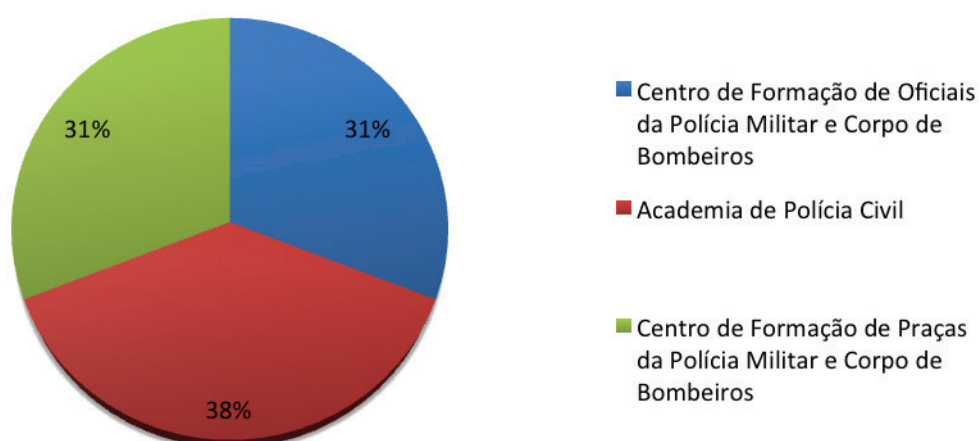
## PARTE II

# ANÁLISE DAS ESCOLAS E ACADEMIAS DE POLÍCIA NO BRASIL - 2013

## 12. Características estruturais das Unidades de Ensino Policial

A pesquisa foi respondida por 55 escolas de polícia, sendo 17 Academias de Oficiais da Polícia Militar, 17 de Centros de Formação de praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e 21 Academias da Polícia Civil.

**Característica da Academia**



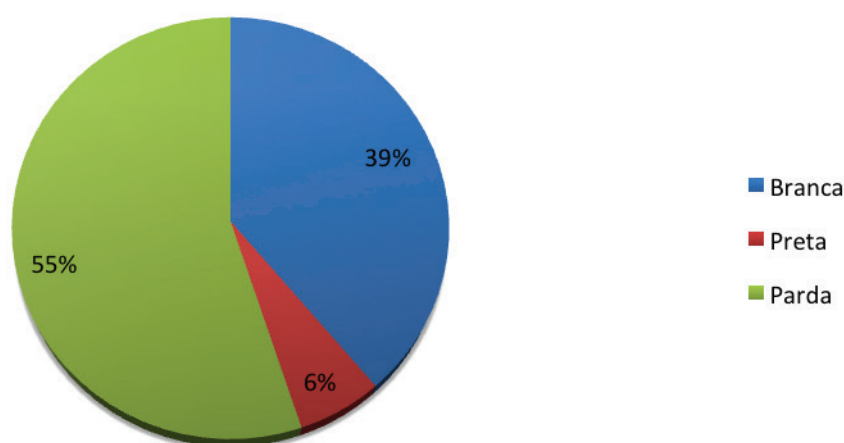
A grande maioria, ou seja, 44 das unidades, funciona em prédios independentes, enquanto apenas 13 funcionam em prédio compartilhado ou de outro tipo; também, grande parte (32) funciona em prédios diversos da primeira instalação.

Quase a totalidade funciona em local de fácil acesso a sistemas de transportes públicos, sendo que um dos estabelecimentos que está distante dispõe de ônibus próprio para transportar os alunos.

Diretores ou Comandantes da Unidade de Ensino ocupam majoritariamente a posição pela primeira vez (44, ou seja, 77,2%), embora 41 já tivessem passado por outras funções de comando. Em termos de sexo, a maioria (41) são homens, ou seja, 72% e 8 são do sexo feminino (14%). A média de idade é de 46,2 anos.

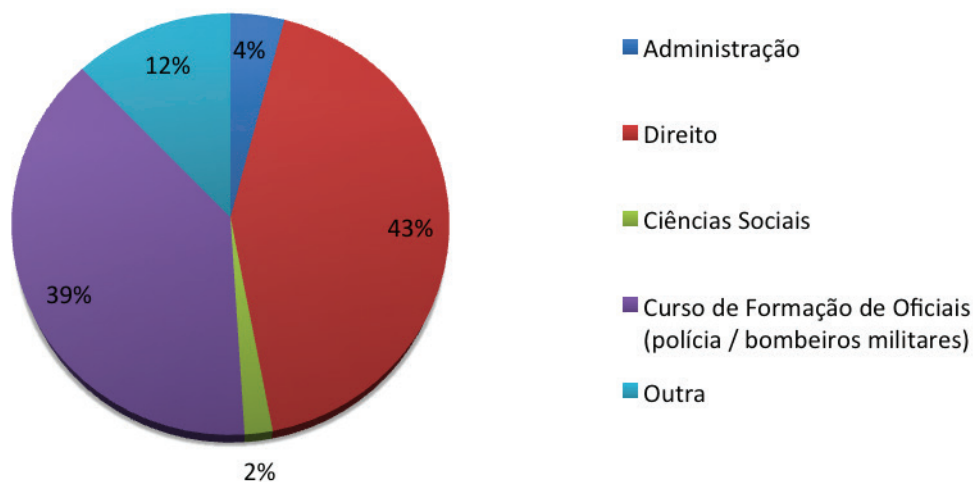
A maioria dos diretores declarou ser de cor parda (27 diretores, o que corresponde a 55%). 3 diretores, representando 6%, declararam ser de cor preta,, enquanto 19 (39%) são de cor branca. Antes de ser Diretor da Unidade de Ensino, 13 eram Delegados de Polícia, e 28 eram Oficiais da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros.

### Cor dos Diretores

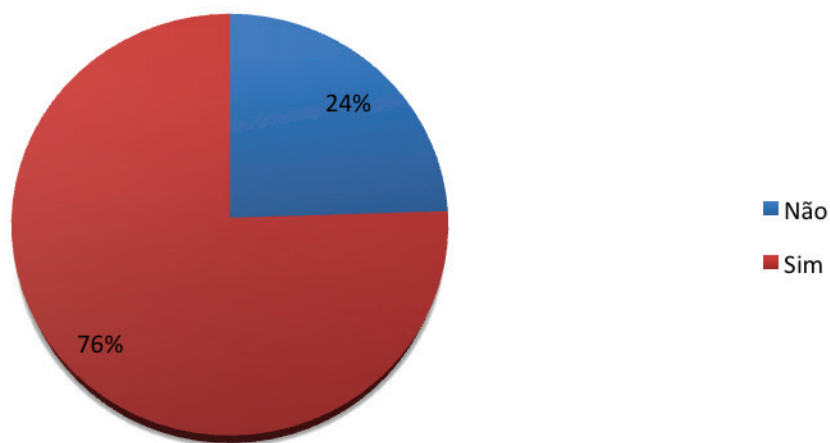


A formação acadêmica é bastante concentrada: Direito (43%), Curso de Formação de Oficiais (39%), com reduzida presença da Administração (4%) e das Ciências Sociais (2%). Entretanto, expressiva maioria realizou um curso de Pós-graduação antes de se tornar de Diretor da Unidade de Ensino (37, ou seja, 65%)

### Formação principal



### Pós-graduação anterior ao cargo de Diretor/Comandante



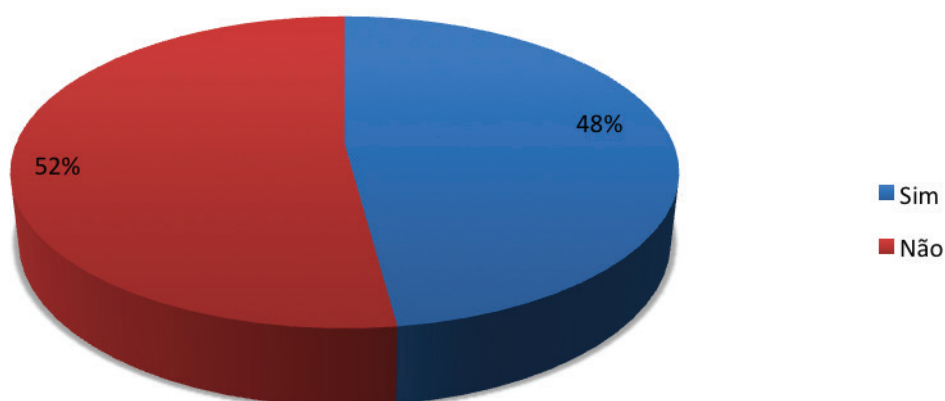
A legislação que regulamenta a criação e o funcionamento da Unidade de Ensino, estabelece que o cargo de diretor / comandante da academia de polícia é privativo de funcionários oriundos dessa organização (polícia civil, polícia militar, bombeiros militares). Essa situação correspondeu a 43 casos, sendo apenas 5 as unidades nas quais isso não ocorre.

### Cargo / função ocupado antes de ser de Diretor / Comandante da Unidade de Ensino

Instituição	Cargo	Frequência
Academia Polícia Civil	Delegado	81,3%
	Outros	18,7%
	Total	100%
Academia Polícia Militar	Oficial da Polícia Militar	64,5%
	Oficial do Corpo de Bombeiros	25,8%
	Outros	9,7%
	Total	100%

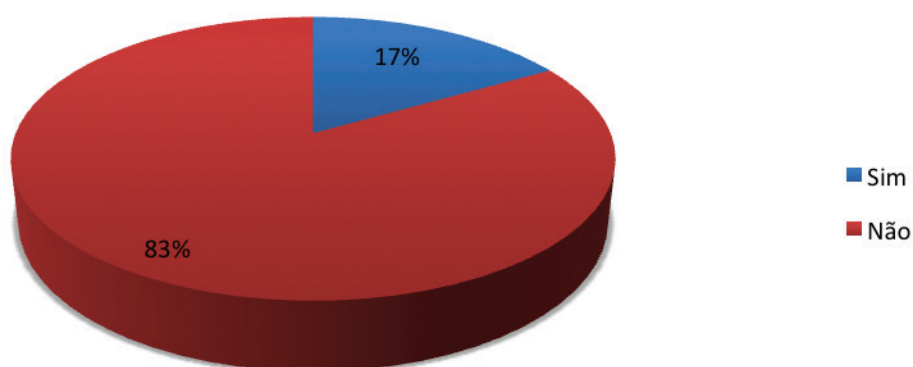
Em quase metade dos casos, 52% dos respondentes, há alguma formação mínima requerida para que o indivíduo possa assumir o cargo de Diretor da Unidade de Ensino, mas em 25 casos (48%) não há essa exigência.

### Formação mínima requerida como critério de aceitação para cargo Diretor/Comandante Unidade de Ensino



Tampouco é necessário que ele apresente algum projeto de política ou de gestão a ser cumprido no período em que estiver na direção, conforme foi apontado em 40 casos, ou seja, 83%, enquanto que apenas em 8 casos esses projetos são uma exigência.

### Exigência de apresentação de projeto de política ou gestão para assumir cargo de Diretor/Comandante Unidade de ensino



Para os policiais que acabaram de ser aprovados em concurso público, a formação na Academia de Polícia para acesso à carreira é obrigatória na grande maioria dos casos (42, ou seja, 74%).

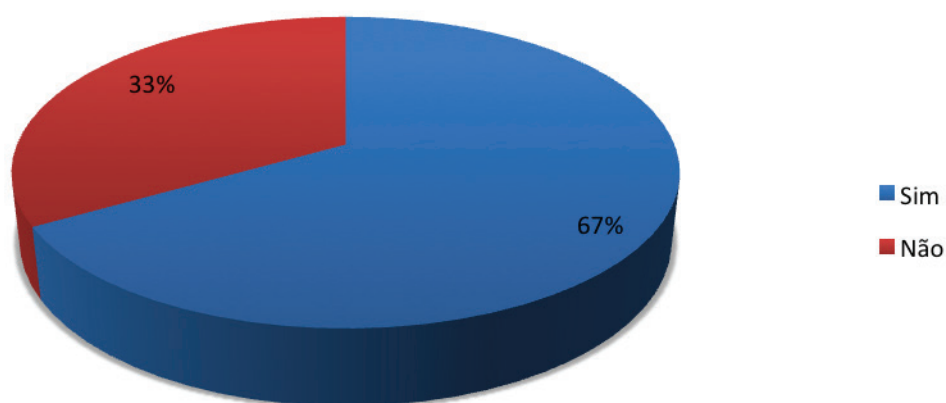
## 13. Cursos e Currículos

O tempo que o aluno deve permanecer na Unidade de Ensino para integralizar o total de horas (44 casos informados) em sua maioria é de 6 meses (20 casos), variando para um ano a um ano e seis meses (12 casos); a duração de dois anos aparece em 4 casos e a de três anos em 7 casos. O tempo de quatro anos já é uma exceção (apenas 1 caso).



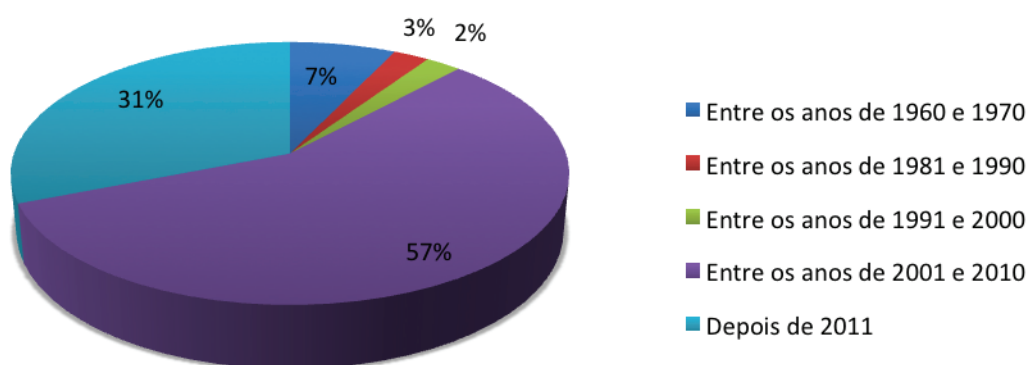
Existe um currículo previamente determinado para a formação inicial em dois terços dos casos (67%), enquanto que os outros 33% informados não apresentam um currículo prévio.

### Existência de currículo pré-determinado para aprovação de recém aprovado em concurso público



O currículo que orienta a formação do recém-aprovado em concurso público foi formulado majoritariamente depois de 2001, cerca de 24 casos (apenas três o fizeram antes), sendo que um número expressivo foi reformulado depois de 2011 (13 casos). Ou seja, a grande maioria dos currículos (37) foi formulada a partir de 2001.

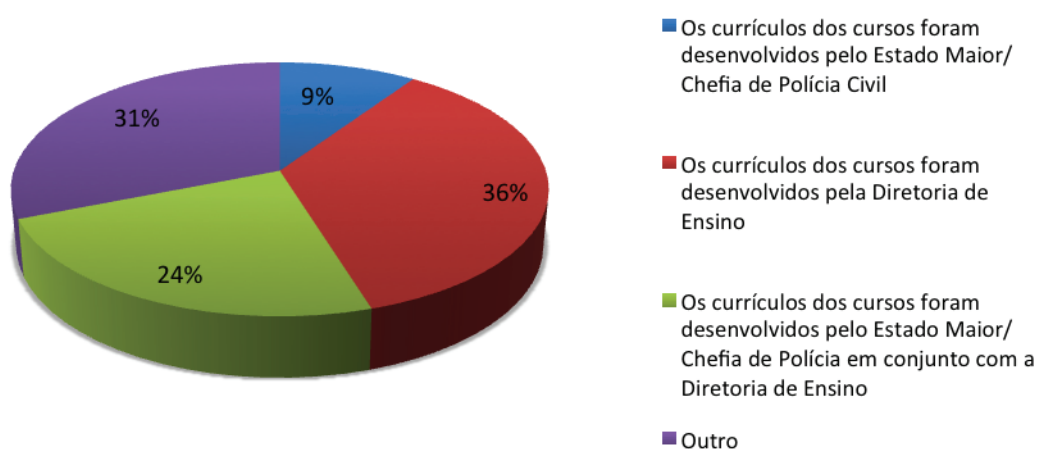
### Ano de reformulação do currículo de orientação para formação dos recém-aprovados em concurso público





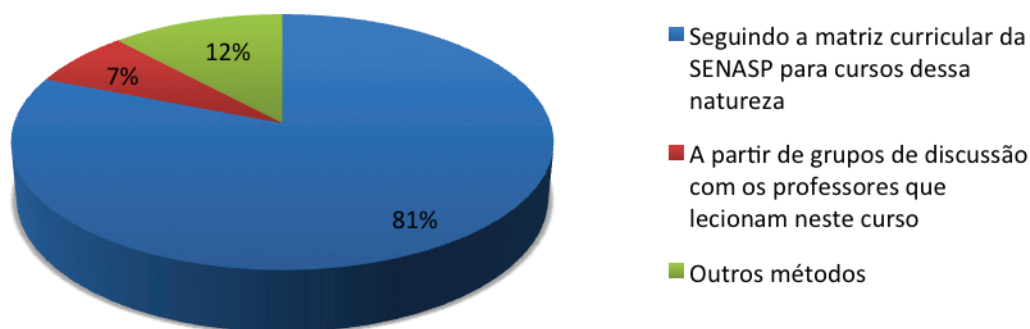
A maior parte foi desenvolvida pela Diretoria de Ensino (15) ou em conjunto com o Estado Maior/ Chefia de Polícia em conjunto com a Diretoria de Ensino (10).

### Formas de definição dos currículos de formação para os recém-ingressos



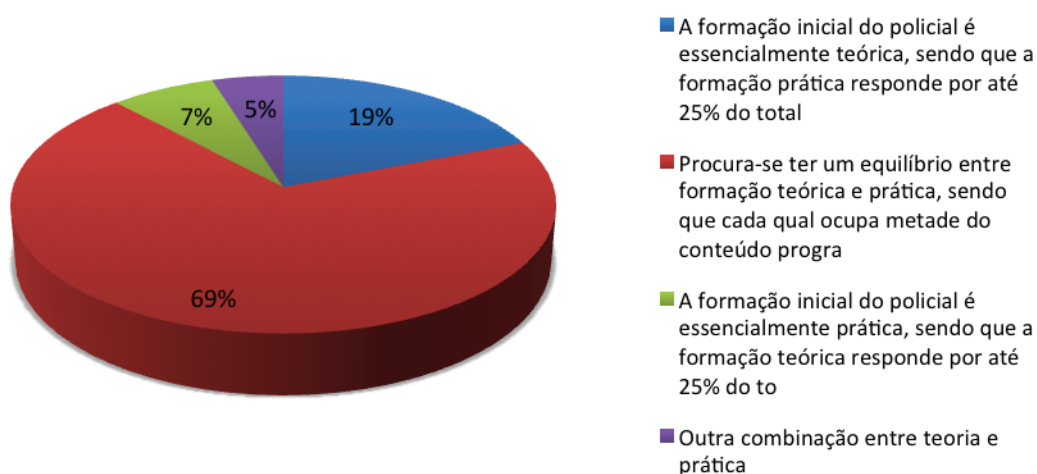
A esmagadora maioria seguiu a Matriz Curricular da SENASP para cursos dessa natureza (81%), mas houve alguns casos (7%) em que foi realizada uma discussão com os professores que lecionam no curso.

### Fontes consultadas para elaboração dos currículos de formação



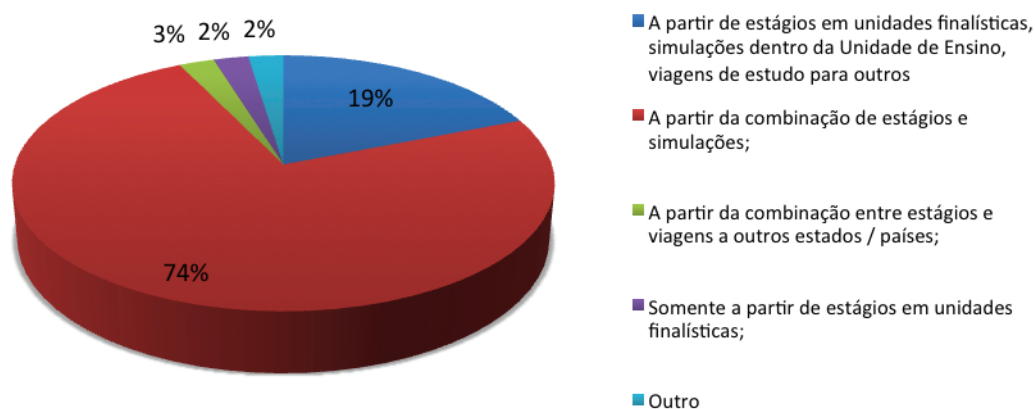
Considerando o balanço entre disciplinas de cunho “teórico” e disciplinas de cunho “prático” (entendidas enquanto tais aquelas que procuram executar ou simular a execução de atividades de policiamento e de bombeiros) é possível afirmar que em metade dos casos procura-se ter um equilíbrio entre formação teórica e prática (29 casos, ou seja, 50,9%), enquanto que em 8 casos (14%) a formação inicial do policial é essencialmente teórica. A formação prática responde por até 25% do total e a formação inicial como apenas prática é minoritária (3 casos).

### Balanço entre disciplina de cunho teórico e prático



Considerando a formação prática do curso obrigatório de acesso à carreira, a grande maioria está estruturada em torno de estágios e simulações (74%), ou estágios em unidades finalísticas, com simulações dentro da Unidade de Ensino e viagens de estudo para outros estados ou países (19%).

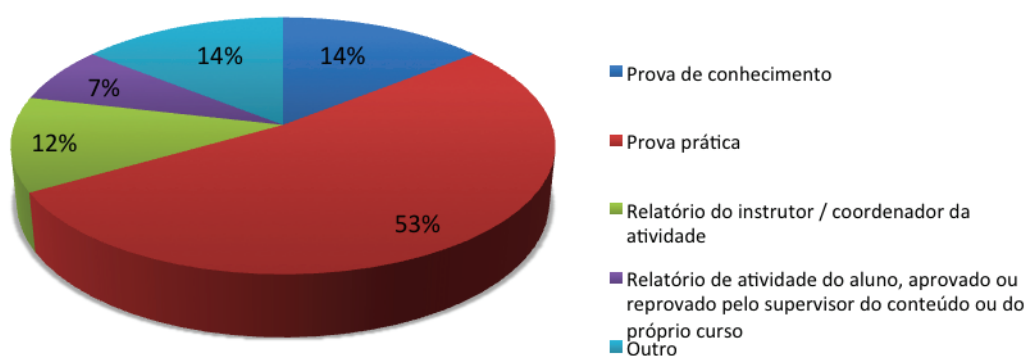
### Estrutura da formação prática do curso de acesso à carreira



## 14. Avaliação dos alunos

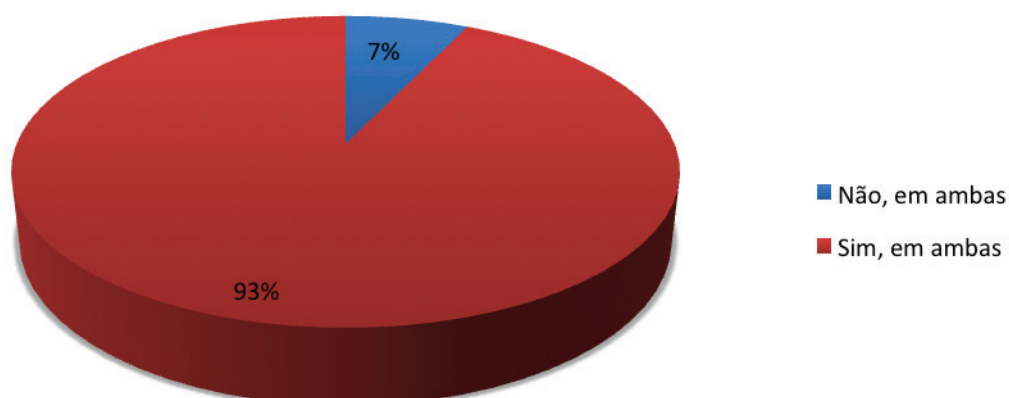
A avaliação de aproveitamento do aluno na parte “prática” do curso de acesso à carreira tem ênfase na prova prática para 53% e na prova de conhecimento para 10,5%, sendo o restante é composto por relatórios.

### Modos de avaliação do aproveitamento do aluno na formação prática do curso de acesso à carreira

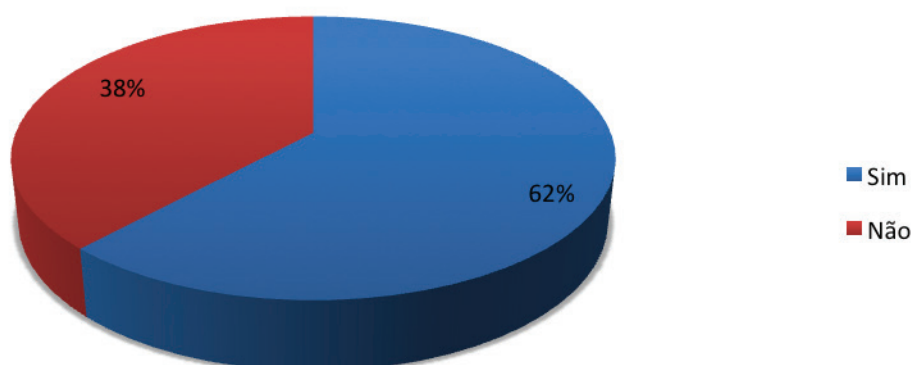


O aluno pode ser reprovado na parte teórica e na prática do curso de acesso à carreira na maioria dos casos (93%). Ainda mais, caso o aluno seja reprovado em quaisquer disciplinas, ele será desligado do processo de formação inicial e, por conseguinte, não ingressará na carreira em 62% dos casos. Para os alunos que foram reprovados em quaisquer disciplinas, em 8% dos casos não há procedimentos para alcançar os demais alunos do curso.

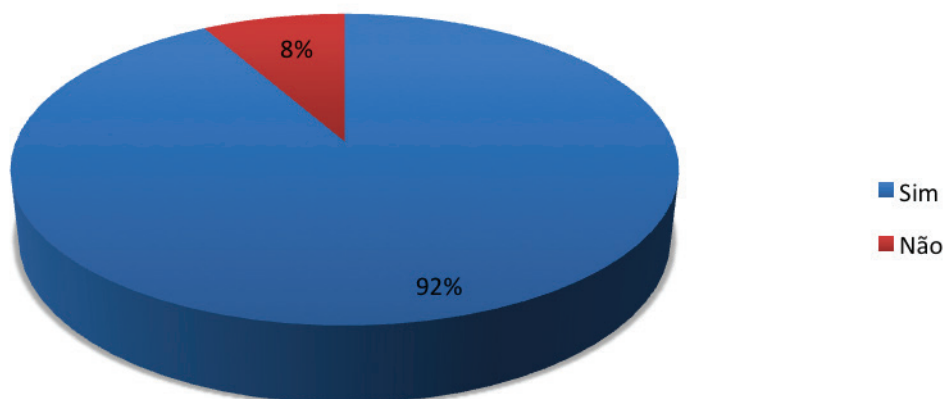
### Possibilidade do aluno ser reprovado na parte teórica e prática do curso de acesso à carreira



### Possibilidade de desligamento do aluno em caso de reprovação em quaisquer das disciplinas do processo de formação

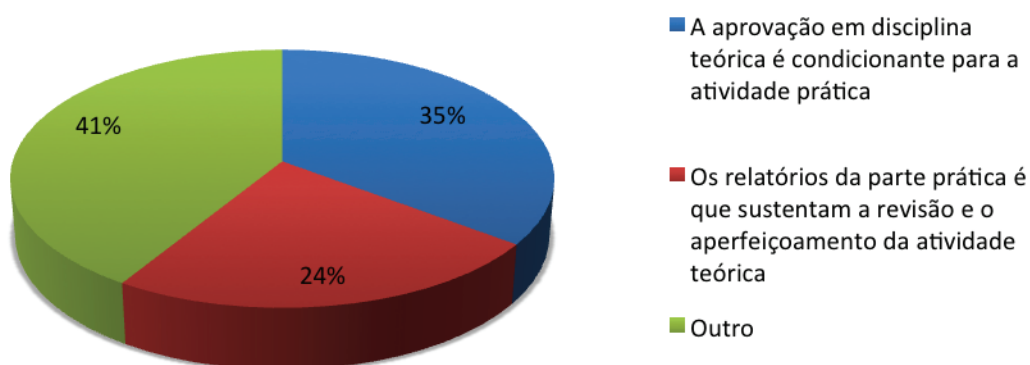


### Existência de procedimentos aplicáveis para recuperação dos alunos reprovados em quaisquer das disciplinas



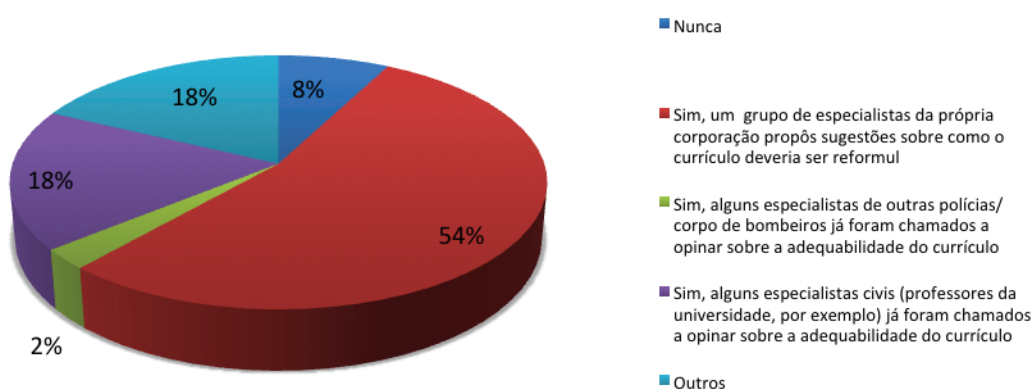
A pergunta sobre a relação entre a parte teórica e a parte prática foi pouco respondida, mas em 6 casos (35%) a aprovação em disciplina teórica é condicionante para a atividade prática, em 4 casos (24%) os relatórios da parte prática sustentam a revisão da atividade teórica, e a opção “outros” foi respondida em 7 casos (41%).

## Interligação entre as partes teóricas e práticas



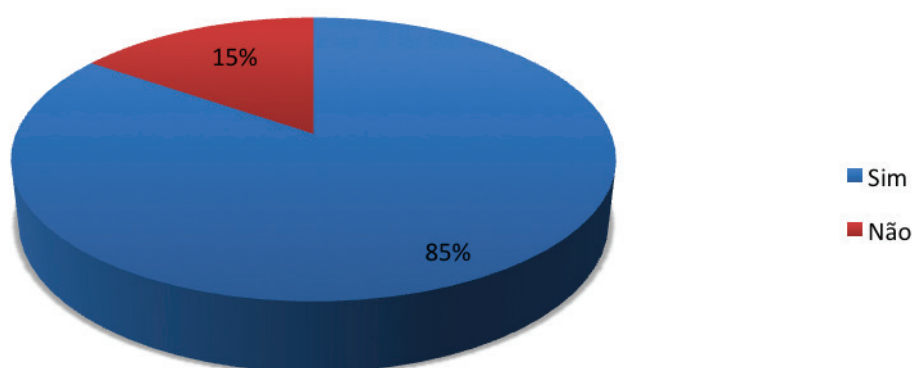
Quanto à discussão do currículo do curso obrigatório de acesso à carreira, 54% apontaram que um grupo de especialistas da própria corporação propôs sugestões, mas apenas 18% consultaram especialistas civis.

## Discussão ou revisão do currículo por parte de especialistas



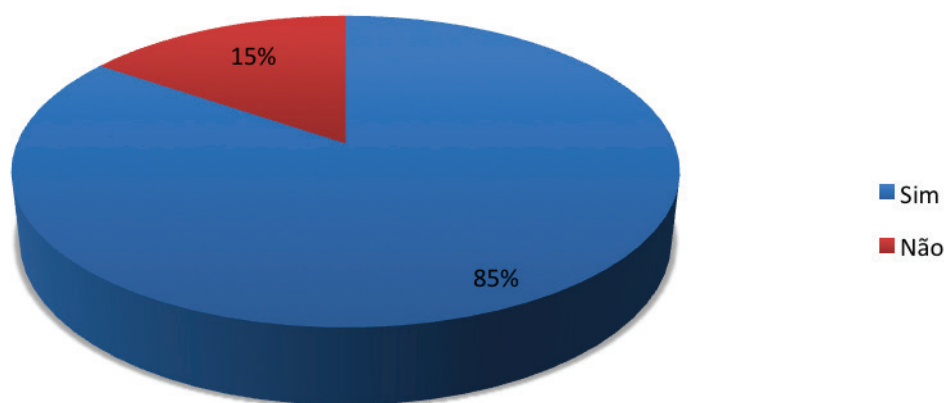
Em 85% dos casos houve algum procedimento para se avaliar a qualidade de cada uma das disciplinas ministradas no curso obrigatório de acesso à carreira, sendo que em 56% utilizou-se como procedimentos a aplicação de um Questionário preenchido pelos alunos ao final do curso.

### Existência de procedimentos para avaliar a qualidade de cada uma das disciplinas ministradas no curso obrigatório de acesso à carreira



Perguntados sobre a existência de algum procedimento para se verificar a consonância entre a grade do curso obrigatório de acesso à carreira com a grade de cursos de mesma natureza de outros estados, 85% responderam que sim, enquanto para 15 casos a resposta foi negativa.

### Existência de procedimento para verificação da consonância da grade curricular com outros estados

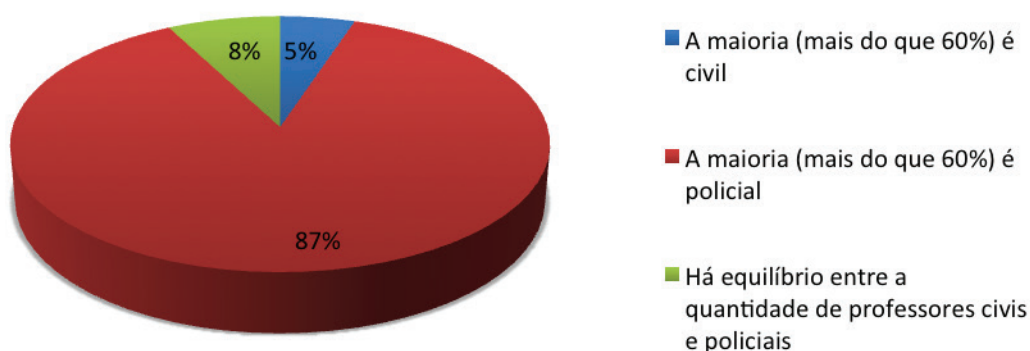


Já em comparação com a grade de cursos de mesma natureza de outros países, a grande maioria respondeu que não há procedimentos de verificação de consonância da grade curricular, com apenas um caso positivo. No caso em que houve, os relatórios de viagens de estudo (para outros estados ou países) são levados em consideração para a avaliação / revisão da grade curricular do curso de acesso à carreira. Ressalte-se que uma parcela considerável não prevê viagens de estudo (38,6%).

## 15. Corpo Docente

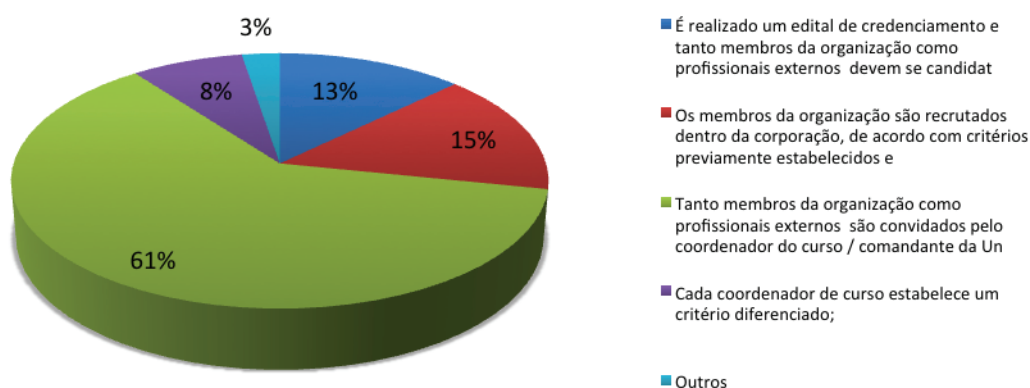
Considerando os professores, o gráfico abaixo mostra que em 87% dos casos a maioria (mais de 60%) do corpo docente é formada por policiais e apenas em 5% dos casos a maioria (mais de 60%) é de professores civis. Apenas em 8% das respostas foi indicado que há equilíbrio entre a quantidade de professores civis e militares.

### Quadro de professores



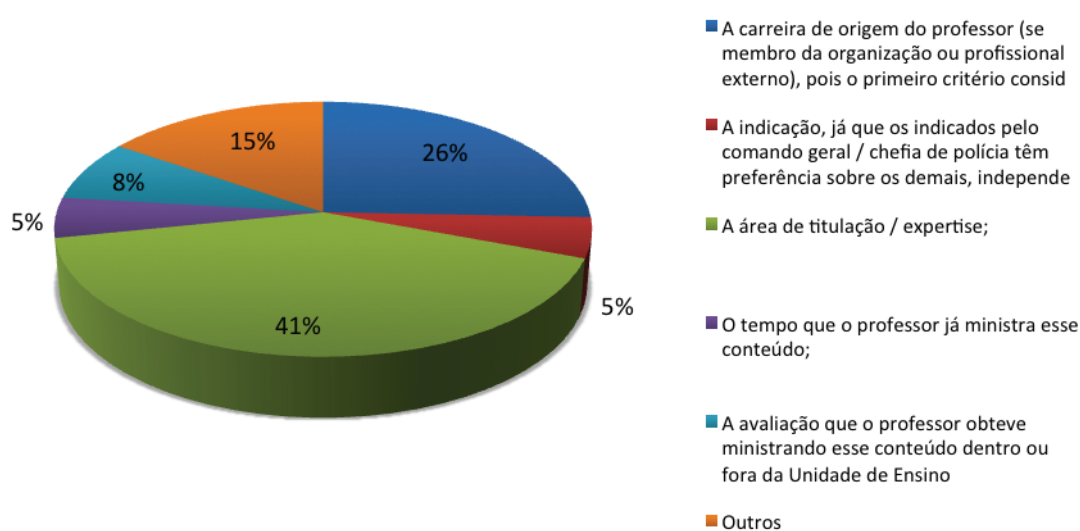
Com relação ao processo de seleção dos professores/instrutores do curso obrigatório de acesso à carreira, em maioria (61%) tanto membros da organização como profissionais externos são convidados pelo coordenador do curso ou comandante da Unidade de ensino para ministrar aulas. Para 15% os membros da organização são recrutados dentro da corporação, de acordo com critérios previamente estabelecidos e em 13% dos casos é realizado um edital de credenciamento e tanto membros da organização como profissionais externos podem se candidatar.

### Seleção dos professores



No que se refere à atribuições de disciplinas a professores, os critérios observados correspondem em 18,1% (16 casos) a área de titulação / expertise dos professores; em 17,5% dos respondentes (10 casos) foi considerada a carreira de origem do professor; em 3 casos, (5,3%), os respondentes indicaram como critério a avaliação que o professor obteve ministrando o conteúdo dentro ou fora da Unidade de Ensino. Ainda com relação ao processo de atribuição de disciplinas a professores / instrutores foi possível observar que em 35,1% dos casos (20 respondentes) cada professor pode ser responsável por duas ou mais disciplinas, ficando essa distribuição a critério do coordenador.

### Critérios de atribuição das disciplinas aos professores



No que diz respeito às razões para a continuidade do professor na disciplina, foram apontados como critério em 17 casos (29,8%) a atualização do professor no conteúdo, comprovada pela participação em congressos/eventos da área ou cursos de atualização; na mesma proporção, indicou-se como critério a avaliação que os alunos fazem do docente ao final de cada curso (também em 17 casos) e em 5 casos (8,8%) foi considerada a adequação da ementa aos propósitos do curso. Ademais, em 66,7% dos casos, os professores que ministram disciplinas/treinamentos no curso obrigatório de acesso à carreira são avaliados pelos alunos, embora em 18 casos não haja informação.

Em caso de as avaliações dos alunos serem consideradas para desligamento do professor ou instrutor da Unidade de Ensino, esse procedimento acontece em consonância com algum outro mecanismo avaliativo em 34 casos, ou seja, (59,6%), embora em 22 casos não tenha havido resposta. Uma vez encerrado o curso obrigatório de acesso à carreira, o indivíduo deve se submeter a algum



curso ou treinamento especializado, condicionado à natureza do serviço que ele irá realizar na unidade em que será lotado em 15 casos (26,3%), não sendo necessário em 24 casos (42,1%). Entretanto, é interessante observar que o local onde este treinamento deve ser realizado não foi informado em 42 casos, o que corresponde a 73,7%.

## 16. Educação continuada

Uma vez encerrado o curso obrigatório de acesso à carreira, o policial já tem previsto algum curso de formação continuada em 16 casos (28,1%); não havendo esta previsão em 23 casos (40,4%). Em 31,6% dos casos essa questão não foi respondida. Para o caso de haver previsão de cursos, apenas 16% dos casos se referem à especialização ou para progressão na carreira, ressaltando-se que não houve resposta em 41% dos casos. O indivíduo estaria apto, considerando uma carreira de 25 anos, a realizar vários cursos de atualização, na seguinte distribuição possível segundo as unidades respondentes:

Quantidade de cursos de atualização dos indivíduos considerando uma carreira média de 25 anos

Quantidade de cursos	Frequência
Um	10,3%
Dois	25,6%
Três	12,85
Quatro	10,3%
Cinco	2,6%
Seis ou mais	38,5%
Total	100%

Em relação à periodicidade dos cursos de atualização obrigatórios, em 7 casos é anual; 4 casos bianual; 3 casos é semestral e em 25 casos foram indicadas outras periodicidades.

Acerca da existência de currículo previamente determinado para os cursos de atualização obrigatórios a que os membros da organização devem se submeter, em 28 casos (49,1%) não há obrigatoriedade, enquanto que em 10 casos (17,5%) o currículo é obrigatório. Destaca-se ainda que em 18 casos esse dado não foi informado.

No que diz respeito ao currículo dos cursos de atualização, levando-se em conta a quantidade, o tempo de duração e os conteúdos dos cursos, em 22 casos (38,6%) eles seguem a matriz curricular da SENASP para cursos dessa natureza, enquanto que 17,5% dos casos (10 respondentes) utilizam outros métodos e em 31,6% dos casos (18 respondentes) não há informação. A obrigatoriedade de aprovação do indivíduo

no curso de atualização para a permanência na carreira foi indicada em 7 casos (correspondendo a 12,3%) enquanto que não é obrigatória em 32 casos (56,1%), considerando-se ainda o percentual de 31,6 de casos em que não houve informação.

É considerada obrigatória a realização de curso de especialização para a primeira progressão/ascensão na carreira em 13 casos (22,8%), enquanto que esta não é obrigatória em 45,6% dos casos (26 respondentes). Em 18 casos (31,6%) esse dado não foi informado.

A existência de currículo previamente determinado para os cursos de especialização que condicionam a primeira progressão/ascensão na carreira foi indicada apenas em 7 casos (12,3%) enquanto que para 56,1% dos casos (32 respondentes) não existe currículo previamente determinado.

Entretanto, nos casos em que os cursos de especialização condicionam a primeira progressão/ascensão na carreira, em 87,7% não foram informados seus locais de realização.

Com relação ao currículo que atualmente orienta a quantidade, o tempo de duração e o conteúdo dos cursos de especialização que condicionam a primeira progressão/ascensão na carreira, em 31,6% dos casos (18 respondentes) eles foram estabelecidos seguindo a matriz curricular da SENASP, enquanto que em 24,6% dos casos (14 respondentes) foram utilizados outros métodos.

Não há periodicidade definida para que o indivíduo possa se submeter a um curso que lhe garanta a primeira progressão/ascensão na carreira em 12 casos (21,1%), o que significa que ele pode se candidatar a qualquer momento, em 8 casos (14%) ele somente poderá se submeter a curso após 3 anos da formação inicial e em 29,8% dos casos (17 respondentes) há outras periodicidades estabelecidas.

No que diz respeito à obrigatoriedade de aprovação do indivíduo no curso de especialização para que ele possa ter a sua primeira promoção na carreira, foi indicado que sim em 12 casos (21,1%) e que não em 27 casos (47,4%), considerando que em 18 casos não houve essa informação. Interessante observar que em 46 casos, ou seja, 80,7% não há informação sobre o que ocorre com o indivíduo caso ele seja reprovado no curso de especialização para a primeira progressão na carreira. Em 7 casos (12,3%) ele permanece como está e em 4 casos (7%), deve se submeter novamente ao curso até ser aprovado.

## 17. Correição

Para o caso do indivíduo que comete algum desvio de conduta ou realiza alguma operação inadequada, para além das sanções administrativas a que ele está sujeito, não existe curso de reciclagem a que ele deve se submeter obrigatoriamente em 34 casos (59,6% dos respondentes) enquanto que há esta previsão apenas em 4 casos (7%). Em 19 casos não houve esta informação.

Quando os indivíduos dessa instituição cometem algum desvio de conduta, em 43,9% dos casos (25 respondentes) há algum tipo de acompanhamento psicológico, enquanto que para 22,8% não existe essa possibilidade (13 casos). Quando o indivíduo comete um desvio de conduta, em 49,1% dos casos (28 respondentes) o acompanhamento psicológico não indica a necessidade de ele se submeter a cursos de atualização / reciclagem, o que ocorre em apenas 5 casos (15,8%). Não há informação sobre esta possibilidade em 35,1% dos casos (20 respondentes).

Quando o acompanhamento psicológico indica que o indivíduo deve se submeter a um curso de atualização / reciclagem que não está sendo atualmente oferecido nesta Unidade de Ensino, o procedimento aplicável não foi informado em 40% dos casos (23 respondentes), enquanto que em 14% (8 casos) a academia procura entre as instituições de ensino existentes na cidade / país uma instituição que esteja oferecendo estes cursos ou ainda, na mesma proporção de 14% (8 casos) o policial procura entre as instituições de ensino existentes na cidade / país uma instituição que esteja oferecendo tais cursos.

Com relação ao fato de se essa Unidade de Ensino é certificada pelo Ministério da Educação ou por Conselho Estadual de Educação para a conferência de grau aos alunos que concluem os seus cursos, constatou-se que para um percentual de 40% (23 respondentes) ela não é certificada por nenhuma das duas instituições. Em apenas dois casos (3,5%) é certificada pelo Ministério da Educação e em 12 casos (21,1%) é certificada pelo Conselho Estadual de Educação. No que diz respeito ao período em que o Ministério da Educação certificou essa Unidade de Ensino para emitir diplomas que confirmam grau aos alunos que concluem os seus cursos, observa-se a seguinte distribuição:

Ano da certificação por parte do Ministério da Educação para a Unidade de Ensino emitir diplomas que confirmam grau aos alunos que concluem os seus cursos

Período da certificação	Frequências
Entre os anos de 1960 e 1970	10,3%
Entre os anos de 1971 e 1980	3,4%
Entre os anos de 1981 e 1990	6,9%
Entre os anos de 2001 e 2010	34,5%
Depois de 2011	44,8%
Total	100%

As Unidade de Ensino, em sua maioria (29 casos, ou seja, 50,9%), não possuem nenhum projeto autônomo, ou em parceria com outra instituição policial ou civil, de criação de curso de graduação tecnólogo; mas, 8 unidades afirmaram que o possuem. Ressalte-se que 20 (35,1%) não responderam ao quesito.

## 18. Conclusões

### 18.1. CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DAS UNIDADES DE ENSINO POLICIAL

Com relação à estrutura das unidades de Ensino Policial referentes às unidades que responderam à pesquisa, pode-se observar que em sua maioria, elas funcionam em prédios independentes e em local de fácil acesso a sistemas de transportes públicos. Estes são elementos que influenciam o processo de formação e aprendizagem nas academias e que contribuem seja com o acesso dos alunos às unidades de ensino seja quanto à motivação para participação nos cursos em unidades com estrutura independente de outros espaços.

### 18.2. DIREÇÃO

Os dados indicam que a grande maioria dos Diretores ou Comandantes das Unidades de Ensino ocupa esta posição pela primeira vez, o que evidencia uma rotatividade de cargos que não tendem a se manter por longo período. Por outro lado, percebe-se que há uma representação feminina ainda reduzida nesses cargos. Com relação à cor, os Diretores declararam ser, na sua maioria, de cor parda.

A formação acadêmica é bastante concentrada nas áreas de Direito e no Curso de Formação de Oficiais e, expressiva maioria realizou um Curso de Pós-graduação antes de se tornar de Diretor da Unidade de Ensino.

Os dados evidenciam que não é necessário que ele apresente algum projeto de política ou de gestão a ser cumprido no período em que estiver na direção.

### 18.3. CURSOS E CURRÍCULOS

O tempo que o aluno deve permanecer na Unidade de Ensino para integralizar o total de horas (44 casos informados) em sua maioria é de 6 meses (20 casos), variando para um ano a um ano e seis meses (12 casos), havendo currículo previamente determinado, pelo menos, na metade dos casos.

O currículo que orienta a formação do recém-aprovado em concurso público foi formulado majoritariamente depois de 2001, sendo que a maior parte segue a Matriz Curricular da SENASP.

Foi possível observar que há uma tentativa de manter um equilíbrio entre as disciplinas de cunho “teórico” e disciplinas de cunho “prático”, sendo que a formação prática é estruturada a partir da combinação de estágios e simulações.

## 18.4. AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DOS CURSOS

A existência de um procedimento que procure verificar a adequabilidade do currículo do curso de acesso está previsto na metade dos casos.

A discussão acerca dos currículos foi majoritariamente feita por grupos das próprias corporações, bem como, não houve comparação com outros estados e tampouco com outros países.

Na maioria dos casos a avaliação das disciplinas foi feita a partir de um Questionário preenchido pelos alunos ao final do curso.

## CORPO DOCENTE

A maioria dos professores é composta por policiais, selecionados mediante um processo de convite das direções, sendo que menos da metade é selecionada por expertise na área ou carreira de origem do professor.

A continuidade do professor na disciplina é avaliada tanto por sua atualização científica quanto pela avaliação dos alunos.

## EDUCAÇÃO CONTINUADA

Apenas 30% das unidades mencionaram a existência de cursos de formação continuada, embora quase todos sigam a Matriz curricular da SENASP.

## CORREIÇÃO

Na maioria dos casos, não há previsão de cursos de reciclagem para os casos de desvio de conduta ou operação inadequada, embora haja, em metade dos casos, algum tipo de acompanhamento psicológico.

## CERTIFICAÇÃO

Foi observado um percentual importante de Unidades de Ensino que ainda não foram certificadas pelo Ministério da Educação ou por Conselho Estadual de Educação. Entrementes, para a metade das unidades não há nenhum projeto de criação de curso de graduação tecnólogo.

## PARTE III

# 20 PROPOSIÇÕES PARA A REFORMA DO ENSINO POLICIAL NO BRASIL.

1. Ratificar a Matriz Curricular da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) como a diretriz maior da reforma do ensino policial no Brasil;
2. Integrar todas as escolas de polícia (Polícia Civil, Militar, Serviços Penitenciários e Perícias) em Centros de Educação em Segurança Cidadã, em um período máximo de dois anos;
3. Criar a Escola Nacional de Polícia do Brasil (ENPB), a fim de construir um projeto pedagógico concernente a uma definição democrática do ofício de polícia;
4. Construir um trajeto pedagógico que contemple o diálogo reflexivo entre as dimensões teóricas e práticas do ofício de polícia materializado pela combinação de conteúdos teóricos, com estratégias, táticas e estágios orientados;
5. Construir um projeto pedagógico que contemple homogeneamente a Educação Policial em Ciências Sociais, em Tecnologias Policiais em Gestão Pública de modo a capacitar o profissional para a sociedade complexa;

6. Incorporar nos projetos pedagógicos o progresso da ciência expresso contemporaneamente pelas categorias da complexidade, da diversidade e do rigor científico;
7. Constituir corpo docente das unidades de ensino policial selecionando-o mediante concurso público, com exigência mínima de Mestre;
8. Desenvolver o treinamento de policiais em tecnologias policiais que incorporem os avanços da Ciência e da Tecnologia. E que reduzam o risco de vida, com a orientação de usar armas de fogo só em casos extremos;
9. Avaliar as unidades de ensino policial segundo os procedimentos do Ministério da Educação e Cultura (MEC);
10. Certificar todas as unidades de ensino policial pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC);
11. Fomentar acordos entre Academias, Escolas de Polícia e Universidades em colaboração para a promoção e a avaliação do ensino;
12. Exigir o Ensino Médio para os níveis iniciais das carreiras e o nível superior para os níveis superiores;
13. Conceder a possibilidade que os cursos iniciais das carreiras possam vir a ser, mediante complementação de créditos em universidades públicas, equivalentes ao de tecnólogo; que os cursos de nível superior possam ser equivalentes aos de graduação – no caso de serem admitidos alunos que já possuam título de graduação, dever-se-ia incorporá-los ao sistema de pós-graduação, ou seja, em nível de especialização. Em se propondo níveis avançados para cargos de gestão, caberia que fossem estruturados em Mestrados Profissionais, sempre em convênios com Universidades Públicas;
14. Exigir a duração de 12 meses para o treinamento inicial;
15. Realizar cursos anuais de educação continuada, com duração de 1 a 4 semanas para todos os efetivos;
16. Desenvolver cursos de Mestrados Profissionais em acordos com Universidades Federais;
17. Fortalecer a RENAESP (Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública) pela incorporação de seus cursos às carreiras;
18. Construir um campo científico “Segurança Cidadã e Sociedade”, de natureza multidisciplinar, de modo a orientar teórica e pedagogicamente o sistema nacional de ensino policial;
19. Desenvolver redes mundiais de ensino policial alternativo concernente ao papel do Brasil na construção de alternativas democráticas mundiais;
20. Afirmar o respeito à dignidade humana para um novo padrão civilizatório sob o conceito de Segurança Cidadã. A expansão de uma cidadania mundializada e a formação de uma sociedade civil transnacional estimulam uma Educação policial preocupada com a prevenção do crime e com o controle das violências, garantindo a Segurança Cidadã enquanto um direito fundamental.

# APÊNDICE

## RELATÓRIO DE FREQUÊNCIAS SIMPLES DO SURVEY SOBRE ACADEMIAS DE POLÍCIA NO BRASIL

[filtro] Caracterize sua Academia:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Centro de Formação de Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros	17	29,8	30,9	30,9
	Academia de Polícia Civil	21	36,8	38,2	69,1
	Centro de Formação de Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros	17	29,8	30,9	100,0
	Total	55	96,5	100,0	
Missing	System	2	3,5		
Total		57	100,0		

[q5] Onde funciona a Unidade de Ensino?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Em prédio independente	44	77,2	77,2	77,2
	Em prédio compartilhado com outra unidade da própria polícia	2	3,5	3,5	80,7
	Em prédio compartilhado com outra unidade do governo estadual	3	5,3	5,3	86,0
	Outro (especificar)	8	14,0	14,0	100,0
Total		57	100,0	100,0	

[q6] Existe algum documento que disciplina o funcionamento da Unidade de Ensino da polícia (tipo regimento interno)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	45	78,9	78,9	78,9
	Não	12	21,1	21,1	100,0
Total		57	100,0	100,0	



[q8] Desde a sua criação da Unidade de Ensino funciona neste mesmo local?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	32	56,1	56,1	56,1
	Não	25	43,9	43,9	100,0
Total		57	100,0	100,0	

[q10] A Unidade de Ensino está situada em local de fácil acesso, isto é, com acesso fácil através do sistema de transportes públicos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	55	96,5	96,5	96,5
	Não	2	3,5	3,5	100,0
Total		57	100,0	100,0	

[q11] Como a Unidade de Ensino não está situada em área de fácil acesso para os alunos, existe ônibus da própria polícia para busca-los em sua residência e trazê-los até a Unidade de Ensino ?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	1	1,8	50,0	50,0
	Não	1	1,8	50,0	100,0
	Total	2	3,5	100,0	
Missing	System	55	96,5		
Total		57	100,0		

[q14] É a primeira vez que ocupa a posição de Diretor / Comandante da Unidade de Ensino ?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	44	77,2	89,8	89,8
	Não	5	8,8	10,2	100,0
	Total	49	86,0	100,0	
Missing	System	8	14,0		
Total		57	100,0		

[q16] Qual é o seu sexo?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	41	71,9	83,7	83,7
	Feminino	8	14,0	16,3	100,0
	Total	49	86,0	100,0	
Missing	System	8	14,0		
Total		57	100,0		

[q17] Qual é a sua idade (em anos completos)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		9	15,8	15,8	15,8
	35	1	1,8	1,8	17,5
	37	1	1,8	1,8	19,3
	38	2	3,5	3,5	22,8
	39	3	5,3	5,3	28,1
	40	3	5,3	5,3	33,3
	40 ANOS	1	1,8	1,8	35,1
	41	3	5,3	5,3	40,4
	41 ANOS	1	1,8	1,8	42,1
	42	2	3,5	3,5	45,6
	44	2	3,5	3,5	49,1
	45	2	3,5	3,5	52,6
	45 anos	1	1,8	1,8	54,4
	46	4	7,0	7,0	61,4
	47	2	3,5	3,5	64,9
	47 anos	1	1,8	1,8	66,7
	47 ANOS	1	1,8	1,8	68,4
	48	3	5,3	5,3	73,7
	49	2	3,5	3,5	77,2
	49 anos	1	1,8	1,8	78,9
	51	1	1,8	1,8	80,7
	52	2	3,5	3,5	84,2
	52 ANOS	1	1,8	1,8	86,0
	53	1	1,8	1,8	87,7
	55	1	1,8	1,8	89,5
	56	1	1,8	1,8	91,2
	58	2	3,5	3,5	94,7
59	2	3,5	3,5	98,2	
nao sou Dir tenho 55 a	1	1,8	1,8	100,0	
Total		57	100,0	100,0	

[q18] Quanto à sua cor, o(a) sr.(a) diria que é:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Branca	19	33,3	38,8	38,8
	Preta	3	5,3	6,1	44,9
	Parda	27	47,4	55,1	100,0
	Total	49	86,0	100,0	
Missing	System	8	14,0		
Total		57	100,0		

[q19] Qual o cargo / função que o sr. ocupava antes de ser de Diretor / Comandante da Unidade de Ensino?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Delegado de Polícia Civil	13	22,8	81,3	81,3
	Outro (especificar)	3	5,3	18,8	100,0
	Total	16	28,1	100,0	
Missing	System	41	71,9		
Total		57	100,0		

[q20] Qual o cargo / função que o sr. ocupava antes de ser de Diretor / Comandante da Unidade de Ensino?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Oficial da Polícia Militar	20	35,1	64,5	64,5
	Oficial do Corpo de Bombeiros Militar	8	14,0	25,8	90,3
	Outro (especificar)	3	5,3	9,7	100,0
	Total	31	54,4	100,0	
Missing	System	26	45,6		
Total		57	100,0		

[q21] O(a) sr.(a) já ocupou algum cargo de comando em sua organização ou na área de segurança pública antes de se tornar de Diretor / Comandante da Unidade de Ensino?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	41	71,9	83,7	83,7
	Não	8	14,0	16,3	100,0
	Total	49	86,0	100,0	
Missing	System	8	14,0		
Total		57	100,0		

[q23] Qual é a sua formação principal?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Administração	2	3,5	4,1	4,1
	Direito	21	36,8	42,9	46,9
	Ciências Sociais	1	1,8	2,0	49,0
	Curso de Formação de Oficiais (polícia / bombeiros militares)	19	33,3	38,8	87,8
	Outra (especificar):	6	10,5	12,2	100,0
	Total	49	86,0	100,0	
Missing	System	8	14,0		
Total		57	100,0		

[q24] Fez algum curso de pós-graduação antes de se tornar de Diretor / Comandante da Unidade de Ensino?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	37	64,9	75,5	75,5
	Não	12	21,1	24,5	100,0
	Total	49	86,0	100,0	
Missing	System	8	14,0		
Total		57	100,0		

[q25.0.0] Por favor, assinale e especifique todos os cursos de pós-graduação que o sr. concluiu antes de assumir o cargo de Diretor / Comandante da Unidade de Ensino: | Pós-graduação Lato Sensu (especialização) | Coursou?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	33	57,9	100,0	100,0
Missing	System	24	42,1		
Total		57	100,0		

[q27] Pela legislação que regulamenta a criação e o funcionamento da Unidade de Ensino, o cargo de diretor / comandante da academia de polícia é privativo de funcionários oriundos dessa organização (polícia civil, polícia militar, bombeiros mili

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	43	75,4	89,6	89,6
	Não	5	8,8	10,4	100,0
	Total	48	84,2	100,0	
Missing	System	9	15,8		
Total		57	100,0		

[q30] Existe algum critério estabelecendo o tempo que o indivíduo pode ser comandante / diretor da Unidade de Ensino?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	4	7,0	8,3	8,3
	Não	44	77,2	91,7	100,0
	Total	48	84,2	100,0	
Missing	System	9	15,8		
Total		57	100,0		

[q32] Existe algum critério estabelecendo quantas vezes o indivíduo pode ser comandante / diretor da Unidade de Ensino?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	48	84,2	100,0	100,0
Missing	System	9	15,8		
Total		57	100,0		

[q34] Existe alguma formação mínima requerida ou algum curso a ser concluído antes que o indivíduo possa assumir o cargo de Diretor / Comandante da Unidade de Ensino?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	23	40,4	47,9	47,9
	Não	25	43,9	52,1	100,0
	Total	48	84,2	100,0	
Missing	System	9	15,8		
Total		57	100,0		

[q35a] Quando o diretor / comandante assume a Unidade Escola, é necessário que ele apresente algum projeto de política ou de gestão a ser cumprido no período em que estiver na direção?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	8	14,0	16,7	16,7
	Não	40	70,2	83,3	100,0
	Total	48	84,2	100,0	
Missing	System	9	15,8		
Total		57	100,0		

[q39] Considerando os policiais que acabaram de ser aprovados em concurso público, a formação nesta Academia de Polícia para acesso à carreira é:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Obrigatória	42	73,7	95,5	95,5
	Opcional	2	3,5	4,5	100,0
	Total	44	77,2	100,0	
Missing	System	13	22,8		
Total		57	100,0		

[q41] Considerando o tempo que o aluno deve permanecer na Unidade de Ensino para integralizar o total de horas informado na pergunta anterior, é possível afirmar que esse é de:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Seis meses	20	35,1	45,5	45,5
	Um ano	9	15,8	20,5	65,9
	Um ano e seis meses	3	5,3	6,8	72,7
	Dois anos	4	7,0	9,1	81,8
	Três anos	7	12,3	15,9	97,7
	Quatro anos e mais	1	1,8	2,3	100,0
	Total	44	77,2	100,0	
Missing	System	13	22,8		
Total		57	100,0		

[q42] Existe currículo previamente determinado para a formação inicial de um recém-aprovado em concurso público?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	28	49,1	66,7	66,7
	Não	14	24,6	33,3	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		

[q44] Considerando o currículo que orienta a formação do recém-aprovado em concurso público, em que ano este foi formulado?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Entre os anos de 1960 e 1970	3	5,3	7,1	7,1
	Entre os anos de 1981 e 1990	1	1,8	2,4	9,5
	Entre os anos de 1991 e 2000	1	1,8	2,4	11,9
	Entre os anos de 2001 e 2010	24	42,1	57,1	69,0
	Depois de 2011	13	22,8	31,0	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		

[q44a] Como o currículo que atualmente orienta a formação dos recém-ingressos foi estabelecido?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Os currículos dos cursos foram desenvolvidos pelo Estado Maior/Chefia de Polícia Civil	4	7,0	9,5	9,5
	Os currículos dos cursos foram desenvolvidos pela Diretoria de Ensino	15	26,3	35,7	45,2
	Os currículos dos cursos foram desenvolvidos pelo Estado Maior/Chefia de Polícia em conjunto com a Diretoria de Ensino	10	17,5	23,8	69,0
	Outro	13	22,8	31,0	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		

[q45] Considerando as fontes consultadas para a elaboração do currículo que orienta a formação dos recém ingressos, é possível afirmar que esse foi constituído:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Seguindo a matriz curricular da SENASP para cursos dessa natureza	34	59,6	81,0	81,0
	A partir de grupos de discussão com os professores que lecionam neste curso	3	5,3	7,1	88,1
	Outros métodos	5	8,8	11,9	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		

[q47] Considerando o balanço entre disciplinas de cunho “teórico” e disciplinas de cunho “prático” (entendidas enquanto tal aquelas que procuram executar ou simular a execução de atividades de policiamento e de bombeiros) é possível afirmar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A formação inicial do policial é essencialmente teórica, sendo que a formação prática responde por até 25% do to	8	14,0	19,0	19,0
	Procura-se ter um equilíbrio entre formação teórica e prática, sendo que cada qual ocupa metade do conteúdo progra	29	50,9	69,0	88,1
	A formação inicial do policial é essencialmente prática, sendo que a formação teórica responde por até 25% do to	3	5,3	7,1	95,2
	Outra combinação entre teoria e prática	2	3,5	4,8	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		

[q49] Considerando a formação prática do curso obrigatório de acesso à carreira, como essa é estruturada?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A partir de estágios em unidades finalísticas, simulações dentro da Unidade de Ensino, viagens de estudo para outros	8	14,0	19,0	19,0
	A partir da combinação de estágios e simulações;	31	54,4	73,8	92,9
	A partir da combinação entre estágios e viagens a outros estados / países;	1	1,8	2,4	95,2
	Somente a partir de estágios em unidades finalísticas;	1	1,8	2,4	97,6
	Outro	1	1,8	2,4	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		

[q51] Como é realizada a avaliação de aproveitamento do aluno na parte “prática” do curso de acesso à carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Prova de conhecimento	6	10,5	14,3	14,3
	Prova prática	22	38,6	52,4	66,7
	Relatório do instrutor / coordenador da atividade	5	8,8	11,9	78,6
	Relatório de atividade do aluno, aprovado ou reprovado pelo supervisor do conteúdo ou do próprio curso	3	5,3	7,1	85,7
	Outro	6	10,5	14,3	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		

[q53] O aluno pode ser reprovado na parte teórica e prática do curso de acesso à carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não, em ambas	3	5,3	7,1	7,1
	Sim, em ambas	39	68,4	92,9	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		



[q54] Caso o aluno seja reprovado em quaisquer disciplinas, isso significa que ele será desligado do processo de formação inicial e, por conseguinte, não ingressará na carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	26	45,6	61,9	61,9
	Não	16	28,1	38,1	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		

[q55] Existe algum procedimento aplicável para os alunos para que foram reprovados em quaisquer disciplinas possam alcançar os demais alunos do curso?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	15	26,3	35,7	35,7
	Não	27	47,4	64,3	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		

[q57] Existe algum procedimento aplicável para os alunos para que foram reprovados em quaisquer disciplinas possam alcançar os demais alunos do curso?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	29,8	40,5	40,5
	Não	25	43,9	59,5	100,0
	Total	42	73,7	100,0	
Missing	System	15	26,3		
Total		57	100,0		

[q58] Considerando a relação entre a parte teórica e a parte prática, por favor, assinale a afirmativa que melhor descreve essa interligação:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A aprovação em disciplina teórica é condicionante para a atividade prática	6	10,5	35,3	35,3
	Os relatórios da parte prática é que sustentam a revisão e o aperfeiçoamento da atividade teórica	4	7,0	23,5	58,8
	Outro	7	12,3	41,2	100,0
	Total	17	29,8	100,0	
Missing	System	40	70,2		
Total		57	100,0		

[q60] Existe algum procedimento que estabeleça a obrigatoriedade de revisão do currículo deste curso de acesso à carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	11	19,3	28,2	28,2
	Não	28	49,1	71,8	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q62] Existe algum procedimento que procure verificar a adequabilidade do currículo do curso de acesso à carreira às atribuições que o policial possui uma vez que começa a realizar as suas atividades práticas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	20	35,1	51,3	51,3
	Não	19	33,3	48,7	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q64] Alguma vez o currículo do curso obrigatório de acesso à carreira foi submetido à discussão / revisão por parte de especialistas:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	3	5,3	7,7	7,7
	Sim, um grupo de especialistas da própria corporação propôs sugestões sobre como o currículo deveria ser reformul	21	36,8	53,8	61,5
	Sim, alguns especialistas de outras polícias/corpo de bombeiros já foram chamados a opinar sobre a adequabilidade do c	1	1,8	2,6	64,1
	Sim, alguns especialistas civis (professores da universidade, por exemplo) já foram chamados a opinar sobre a adequabil	7	12,3	17,9	82,1
	Outros	7	12,3	17,9	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q66] Existe algum procedimento para se avaliar a qualidade de cada uma das disciplinas ministradas no curso obrigatório de acesso à carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	33	57,9	84,6	84,6
	Não	6	10,5	15,4	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q67] Considerando os procedimentos aplicados para a avaliação da pertinência e qualidade da disciplina ao propósito de formação para acesso à carreira, assinale abaixo os procedimentos aplicáveis:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Questionário preenchido pelos alunos ao final do curso, avaliando o conteúdo (ementa), o professor, o tempo e as ativi	32	56,1	97,0	97,0
	Outro	1	1,8	3,0	100,0
	Total	33	57,9	100,0	
Missing	System	24	42,1		
Total		57	100,0		

[q69] Existe algum procedimento previsto para se verificar a consonância entre a grade do curso obrigatório de acesso à carreira com a grade de cursos de mesma natureza de outros estados?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	10,5	15,4	15,4
	Não	33	57,9	84,6	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q71] Existe algum procedimento previsto para se verificar a consonância entre a grade do curso obrigatório de acesso à carreira com a grade de cursos de mesma natureza de outros países?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	1	1,8	2,6	2,6
	Não	38	66,7	97,4	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q73] Os relatórios de viagens de estudo (para outros estados ou países) são levados em consideração para a avaliação / revisão da grade curricular do curso de acesso à carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	9	15,8	23,1	23,1
	Não	8	14,0	20,5	43,6
	Este curso não contempla viagem de estudos	22	38,6	56,4	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q74] Considerando os professores / instrutores do curso de acesso à carreira é possível afirmar que:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A maioria (mais do que 60%) é civil	2	3,5	5,1	5,1
	A maioria (mais do que 60%) é policial	34	59,6	87,2	92,3
	Há equilíbrio entre a quantidade de professores civis e policiais	3	5,3	7,7	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q75] Como são selecionados os professores / instrutores do curso obrigatório de acesso à carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	É realizado um edital de credenciamento e tanto membros da organização como profissionais externos devem se candidatar	5	8,8	12,8	12,8
	Os membros da organização são recrutados dentro da corporação, de acordo com critérios previamente estabelecidos e	6	10,5	15,4	28,2
	Tanto membros da organização como profissionais externos são convidados pelo coordenador do curso / comandante da Un	24	42,1	61,5	89,7
	Cada coordenador de curso estabelece um critério diferenciado;	3	5,3	7,7	97,4
	Outros	1	1,8	2,6	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q77] Para a atribuição de disciplinas a professores, quais são os critérios observados (marque todas as opções aplicáveis)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A carreira de origem do professor (se membro da organização ou profissional externo), pois o primeiro critério consid	10	17,5	25,6	25,6
	A indicação, já que os indicados pelo comando geral / chefia de polícia têm preferência sobre os demais, independe	2	3,5	5,1	30,8
	A área de titulação / expertise;	16	28,1	41,0	71,8
	O tempo que o professor já ministra esse conteúdo;	2	3,5	5,1	76,9
	A avaliação que o professor obteve ministrando esse conteúdo dentro ou fora da Unidade de Ensino	3	5,3	7,7	84,6
	Outros	6	10,5	15,4	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q79] Considerando ainda o processo de atribuição de disciplinas a professores / instrutores é possível afirmar:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Cada professor é responsável por apenas uma disciplina, que está diretamente vinculada à sua área de formação;	5	8,8	12,8	12,8
	O professor pode ser responsável por mais de uma disciplina, caso essa possua um módulo teórico e um módulo prático	11	19,3	28,2	41,0
	Cada professor pode ser responsável por duas ou mais disciplinas, ficando essa distribuição a critério do coordenado	20	35,1	51,3	92,3
	A determinação da quantidade de disciplinas por professor obedece a outros critérios	3	5,3	7,7	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q81] Para que o professor continue como responsável pela disciplina, que critérios são observados (marque todas as opções aplicáveis)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A sua atualização no conteúdo, comprovada pela participação em congressos / eventos da área ou cursos de atualiza	17	29,8	43,6	43,6
	A avaliação que os alunos fazem do docente ao final de cada curso	17	29,8	43,6	87,2
	A adequação da sua ementa aos propósitos do curso	5	8,8	12,8	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q82] Os professores que ministram disciplinas / treinamentos no curso obrigatório de acesso à carreira são avaliados pelos alunos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	38	66,7	97,4	97,4
	Não	1	1,8	2,6	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q83] As avaliações dos professores, tal como feitas pelos alunos, são consideradas para a sua continuidade como professor / instrutor do curso?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	35	61,4	89,7	89,7
	Não	4	7,0	10,3	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q84] Em caso de as avaliações dos alunos serem consideradas para desligamento do professor / instrutor da Unidade de Ensino, esse procedimento acontece em consonância com algum outro mecanismo avaliativo (por exemplo, avaliação da coordenação pedag

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	34	59,6	97,1	97,1
	Não	1	1,8	2,9	100,0
	Total	35	61,4	100,0	
Missing	System	22	38,6		
Total		57	100,0		

[q85] Quando o curso obrigatório de acesso à carreira é considerado encerrado?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Quando o aluno integraliza as horas de curso, independente de sua aprovação nas respectivas disciplinas	3	5,3	7,7	7,7
	Quando o aluno é considerado aprovado em todas as disciplinas do curso	34	59,6	87,2	94,9
	Pelo decurso do tempo, afinal, uma vez encerrado o tempo para a conclusão do curso o aluno deve ser inserido em alguma	2	3,5	5,1	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q86] O curso obrigatório para acesso à carreira confere grau ao aluno concluinte?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	18	31,6	46,2	46,2
	Não	21	36,8	53,8	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q88] Uma vez encerrado o curso obrigatório de acesso à carreira, o indivíduo deve se submeter a algum curso ou treinamento especializado, condicionado à natureza do serviço que ele irá realizar na unidade em que será lotado?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	15	26,3	38,5	38,5
	Não	24	42,1	61,5	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q89] O treinamento especializado que o indivíduo recebe para começar a atuar em sua unidade é ministrado:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pela própria unidade	7	12,3	46,7	46,7
	Pela Unidade de Ensino	7	12,3	46,7	93,3
	Outro	1	1,8	6,7	100,0
	Total	15	26,3	100,0	
Missing	System	42	73,7		
Total		57	100,0		

[q91] Uma vez encerrado o curso obrigatório de acesso à carreira, o policial já tem previsto algum curso obrigatório?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	28,1	41,0	41,0
	Não	23	40,4	59,0	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q92] Considerando os cursos obrigatórios que o indivíduo deve se submeter uma vez completado o curso de acesso à carreira, qual a natureza de tais cursos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Atualização	2	3,5	12,5	12,5
	Especialização ou para se determinar a progressão na carreira	9	15,8	56,3	68,8
	Ambos	5	8,8	31,3	100,0
	Total	16	28,1	100,0	
Missing	System	41	71,9		
Total		57	100,0		

[q93] Considerando uma carreira de 25 anos, a quantos cursos de atualização, em média, o indivíduo estaria sujeito?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Um	4	7,0	10,3	10,3
	Dois	10	17,5	25,6	35,9
	Três	5	8,8	12,8	48,7
	Quatro	4	7,0	10,3	59,0
	Cinco	1	1,8	2,6	61,5
	Seis ou mais	15	26,3	38,5	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		



[q94] Considerando os cursos de atualização obrigatórios, qual a periodicidade desses?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Semestral	3	5,3	7,7	7,7
	Anual	7	12,3	17,9	25,6
	Bianual	4	7,0	10,3	35,9
	Outra	25	43,9	64,1	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q97] Existe currículo previamente determinado para os cursos de atualização obrigatórios a que os membros da organização devem se submeter?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	17,5	25,6	25,6
	Alguns têm o seu currículo previamente definido e outros não	1	1,8	2,6	28,2
	Não	28	49,1	71,8	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q99] Os cursos de atualização obrigatórios são ministrados, em regra:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Por essa Unidade de Ensino	8	14,0	72,7	72,7
	Por um convênio entre essa Unidade de Ensino e outra Unidade de Ensino	1	1,8	9,1	81,8
	Por um convênio entre essa Unidade de Ensino e uma instituição externa	1	1,8	9,1	90,9
	Por outra instituição civil	1	1,8	9,1	100,0
	Total	11	19,3	100,0	
Missing	System	46	80,7		
Total		57	100,0		

[q101] Como o currículo que atualmente orienta a quantidade, o tempo de duração e o conteúdo dos cursos de atualização foi estabelecido?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Seguindo a matriz curricular da SE-NASP para cursos dessa natureza	22	38,6	56,4	56,4
	A partir de grupos de discussão com os professores que lecionam neste curso	5	8,8	12,8	69,2
	A partir de consultas à especialistas oriundos da própria organização (na ativa ou aposentados)	2	3,5	5,1	74,4
	Outros métodos	10	17,5	25,6	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q103] É obrigatória a aprovação do indivíduo no curso de atualização para que ele permaneça na carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	7	12,3	17,9	17,9
	Não	32	56,1	82,1	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q104] O que acontece com o indivíduo se ele for reprovado no curso de atualização obrigatório?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Deve se submeter novamente ao curso até ser aprovado	6	10,5	85,7	85,7
	Outra consequência	1	1,8	14,3	100,0
	Total	7	12,3	100,0	
Missing	System	50	87,7		
Total		57	100,0		

[q106] É obrigatória a realização de curso de especialização para a primeira progressão/ascensão na carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	13	22,8	33,3	33,3
	Não	26	45,6	66,7	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q108] Existe currículo previamente determinado para os cursos de especialização que condicionam a primeira progressão/ascensão na carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	7	12,3	17,9	17,9
	Não	32	56,1	82,1	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q110] Os cursos de especialização que condicionam a primeira progressão/ascensão na carreira são ministrados, em regra:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Por essa Unidade de Ensino	6	10,5	85,7	85,7
	Por um convênio entre essa Unidade de Ensino e uma instituição externa	1	1,8	14,3	100,0
	Total	7	12,3	100,0	
Missing	System	50	87,7		
Total		57	100,0		

[q112] Como o currículo que atualmente orienta a quantidade, o tempo de duração e o conteúdo dos cursos de especialização que condicionam a primeira progressão/ascensão na carreira foi estabelecido?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Seguindo a matriz curricular da SE-NASP para cursos dessa natureza	18	31,6	46,2	46,2
	A partir de grupos de discussão com os professores que lecionam neste curso	6	10,5	15,4	61,5
	A partir de consultas à especialistas oriundos da própria organização (na ativa ou aposentados)	1	1,8	2,6	64,1
	Outros métodos	14	24,6	35,9	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q115] Depois de quanto tempo após a conclusão do curso de formação inicial (acesso à carreira) é possível que o indivíduo se submeta a um curso que lhe garante a primeira progressão/ascensão na carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não há periodicidade definida, podendo o indivíduo se candidatar a esse curso em qualquer momento;	12	21,1	30,8	30,8
	Após um ano;	1	1,8	2,6	33,3
	Após dois anos;	1	1,8	2,6	35,9
	Após três anos;	8	14,0	20,5	56,4
	Outra periodicidade	17	29,8	43,6	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q116] É obrigatória a aprovação do indivíduo no curso de especialização para que ele possa ter a sua primeira promoção na carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	12	21,1	30,8	30,8
	Não	27	47,4	69,2	100,0
	Total	39	68,4	100,0	
Missing	System	18	31,6		
Total		57	100,0		

[q117] O que acontece com o indivíduo se ele for reprovado no curso de especialização para a primeira progressão na carreira?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Permanece onde está	7	12,3	63,6	63,6
	Deve se submeter novamente ao curso até ser aprovado	4	7,0	36,4	100,0
	Total	11	19,3	100,0	
Missing	System	46	80,7		
Total		57	100,0		

[q119] Quando o indivíduo comete algum desvio de conduta ou realiza alguma operação inadequada, para além das sanções administrativas a que ele está sujeito, existe algum curso de reciclagem a que ele deve se submeter obrigatoriamente?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	4	7,0	10,5	10,5
	Não	34	59,6	89,5	100,0
	Total	38	66,7	100,0	
Missing	System	19	33,3		
Total		57	100,0		

[q121] Os indivíduos dessa instituição possuem algum tipo de acompanhamento psicológico quando cometem algum desvio de conduta?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	25	43,9	65,8	65,8
	Não	13	22,8	34,2	100,0
	Total	38	66,7	100,0	
Missing	System	19	33,3		
Total		57	100,0		

Quando o indivíduo comete um desvio de conduta, é comum que o acompanhamento psicológico indique a necessidade de ele se submeter a cursos de atualização / reciclagem?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	9	15,8	24,3	24,3
	Não	28	49,1	75,7	100,0
	Total	37	64,9	100,0	
Missing	System	20	35,1		
Total		57	100,0		

[q122] Se o acompanhamento psicológico indica que o indivíduo deve se submeter a um curso de atualização / reciclagem que não está sendo atualmente oferecido nesta Unidade de Ensino, qual é o procedimento aplicável?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A academia procura entre as instituições de ensino existentes na cidade / país uma instituição que esteja oferecend	8	14,0	23,5	23,5
	O policial procura entre as instituições de ensino existentes na cidade / país uma instituição que esteja oferecend	8	14,0	23,5	47,1
	Outro procedimento	18	31,6	52,9	100,0
	Total	34	59,6	100,0	
Missing	System	23	40,4		
Total		57	100,0		

[q124] Essa Unidade de Ensino é certificada pelo Ministério da Educação ou por Conselho Estadual de Educação para a conferência de grau aos alunos que concluem os seus cursos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não é certificada por nenhuma das duas instituições	23	40,4	62,2	62,2
	É certificada pelo Ministério da Educação	2	3,5	5,4	67,6
	É certificada pelo Conselho Estadual de Educação	12	21,1	32,4	100,0
	Total	37	64,9	100,0	
Missing	System	20	35,1		
Total		57	100,0		

[q125] Em que ano o Ministério da Educação certificou essa Unidade de Ensino para emitir diplomas que confirmam grau aos alunos que concluem os seus cursos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Entre os anos de 1960 e 1970	3	5,3	10,3	10,3
	Entre os anos de 1971 e 1980	1	1,8	3,4	13,8
	Entre os anos de 1981 e 1990	2	3,5	6,9	20,7
	Entre os anos de 2001 e 2010	10	17,5	34,5	55,2
	Depois de 2011	13	22,8	44,8	100,0
	Total	29	50,9	100,0	
Missing	System	28	49,1		
Total		57	100,0		

[q126.0.0] Quais são os graus que essa Unidade de Ensino pode conferir aos seus alunos? | Bacharel

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	False	16	28,1	51,6	51,6
	True	15	26,3	48,4	100,0
	Total	31	54,4	100,0	
Missing	System	26	45,6		
Total		57	100,0		

[q127] Essa Unidade de Ensino possui, atualmente, algum projeto autônomo ou em parceria com outra instituição policial ou civil de criação de curso de graduação tecnólogo?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	8	14,0	21,6	21,6
	Não	29	50,9	78,4	100,0
	Total	37	64,9	100,0	
Missing	System	20	35,1		
Total		57	100,0		



# MAPEAMENTO DE MODELOS DE ENSINO POLICIAL E DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL



FÓRUM BRASILEIRO DE  
**SEGURANÇA PÚBLICA**

